

# CURRICULUM VITAE

## Humberto Theodoro Júnior

*Data de Nascimento: 08/05/1938 - Ituiutaba - MG.*

*Nome da esposa: Gláucia Carvalho Mandim Theodoro*

### UNIVERSITÁRIOS:

- **Bacharel em Direito** - Turma de 1961 - pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro (Uberaba).
- **Doutor em Direito** - 1987 - pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

### EXPERIÊNCIA DOCENTE:

- Ex-professor da Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia, da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, de Uberaba, e da Faculdade de Direito Milton Campos, de Belo Horizonte.
- Professor adjunto de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Concurso de 1982).
- Professor titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Concurso de 1996).

### **EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA:**

- Membro integrante da Comissão Julgadora do Concurso Público para professor assistente de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, realizado nos dias 28 e 29 de outubro de 1991.
- Membro representante do Departamento de Direito e Processo Civil e Comercial junto ao Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Graduação, no período de 10.10.84 a 10.10.86; e de 18.03.87 a 19.03.93.
- Membro representante dos Professores Auxiliares junto à Egrégia Congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, no período de 1983 a 1984.
- Titular da Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado de Maria de Nazaré Serpa, realizada no dia 19.11.92.
- Titular da Comissão Examinadora da Tese de doutoramento de Dilvanir José da Costa, realizada em 21.12.92.

### **CONDECORAÇÕES ESPECIAIS**

- 2012** – Recebe a Medalha Santo Ivo do Colégio de Presidentes dos Institutos dos Advogados do Brasil- Salvador
- 2015** – Recebe a Medalha de Mérito da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF) do TJMG
- 2018** – Recebe o título de Professor Emérito da UFMG
- 2019** – Recebe a Medalha de Mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**2019/2024-** Recebe a Medalha de Honra Presidente Juscelino Kubitschek do Governador do Estado de Minas Gerais- Romeu Zema (2019 a solenidade de entrega em Diamantina/MG) (2024 o recebimento da medalha no TJMG)

### **ATIVIDADES JURÍDICAS:**

- Co-fundador do Conselho Editorial da “Revista Jurídica Mineira”.
- Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
- Ex-Juiz de Direito das comarcas de Monte Alegre, Frutal, Uberaba, Canápolis e Belo Horizonte.
- Ex-Juiz do Tribunal de Alçada de Minas Gerais.
- Membro da Academia de Direito de Minas Gerais
- Membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas
- Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas
- Membro da Association Henri Capitant des Amis de la Culture Juridique Française - Grupo brasileiro
- Membro do Conselho Editorial da “Revista Jurídica Mineira”
- Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual.
- Membro do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro
- Membro do Instituto de Direito Processual
- Membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais
- Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros
- Membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual
- Membro do International Association Procedural Law
- Membro Titular do Instituto Ibero Americano de Direito Público
- Membro do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro

- Membro Benemérito da Academia Brasileira de Direito Proc. Civil
- Integrou a comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração do Anteprojeto do Código de Processo Civil Brasileiro de 2015.

**LIVROS PUBLICADOS:**

- **“A Execução de Sentença e a Garantia do Devido Processo Legal”**, Rio, Aide, 1987
- **“A Insolvência Civil”**, 6ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2009
- **“A Lei do Inquilinato Anotada e Comentada”**, 2a. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995
- Apontamentos sobre a responsabilidade civil na denúncia dos contratos de distribuição, franquia e concessão comercial (em coautoria com Adriana Mandim Theodoro de Mello). Belo Horizonte: Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 2001
- **“A Posse”**, Vitória, TJES/AMAGES, 1986
- **“A reforma da execução do título extrajudicial”**, Rio de Janeiro, Forense, 2007
- **“Acidente de Trabalho e Responsabilidade Civil Comum”**, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1987
- **“Alguns Impactos da Nova Ordem Constitucional sobre o Direito Civil”**, in relatório da UFMG, capítulo do livro **“O Direito de Família e do Menor”**, coordenação Sálvio de Figueiredo, Del Rey, 3ª ed., 1993
- **“As Inovações no Código de Processo Civil”**, 6ª ed., Rio, Forense, 1996
- **“As novas reformas do Código der Processo Civil”**, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2007
- **“Autotutela executiva: execução extrajudicial positivada.** THEODORO JÚNIOR, Humberto e ANDRADE, Érico, Rio de Janeiro: Forense, 2024

- **“Boa-fé e processo – Princípios éticos na repressão à litigância de má-fé – Papel do juiz”**, in Estudos de Direito Processual Civil (Homenagem ao Prof. Egas Dirceu Moniz de Aragão), coord. Luiz Guilherme Marinoni, São Paulo: RT, 2006;
- **“Código de Processo Civil Anotado”**, 26<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Forense, 2.023
- **“Coisa Julgada Inconstitucional”**, coord. Carlos Valder do Nascimento, América Jurídica, Rio de Janeiro, 2005;
- **“Coisa Julgada Inconstitucional: A Questão da Segurança Jurídica”**, Humberto Theodoro Júnior, Juliana Cordeiro de Faria e Carlos Valder do Nascimento, Ed. Fórum, Belo Horizonte, julho/2011;
- **“Comentários ao Código de Processo Civil”**, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. v. IV. (art. 566 a 795)
- **“Comentários ao Código de Processo Civil”**, 2<sup>a</sup> ed., v. V, Rio, Forense, 1983 (art. 796 a 889)
- **“Comentários aos arts. 693 a 721”**, in “Comentários ao Código de Processo Civil Brasileiro. Do direito das obrigações (arts. 579 a 721)” (et. al.), Rio de Janeiro: Forense, 2009, vol. 6;
- **Comentários aos arts. 131 e 132**, in “Constituição Federal Comentada”, Ed. Forense, 2018, págs. 126/1135;
- **“Comentários ao Código de Processo Civil”**, v. IV, Rio, Forense, 1979
- **“Comentários ao Código de Processo Civil”**, Rio de Janeiro, Forense, v., t. 1, 2008
- **“Comentários ao Código de Processo Civil”**, Rio de Janeiro, Forense, v., t. 2, 2008

- **“Comentários ao Código de Processo Civil [Da Execução em Geral]”**, vol. XV, arts. 771 a 796, Ed. São Paulo, Ed. Saraiva, 2017;
- **“Comentários ao Código de Processo Civil brasileiro. Do direito das obrigações (arts. 579 a 721) (et al)”**, Rio de Janeiro, Forense, vol. 6, 2009
- **“Comentários ao Novo Código Civil”** – Dos Defeitos do Negócio Jurídico ao Final do Livro III, Arts. 138 a 184, Vol. III, Tomo I, 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 2.003
- **“Comentários ao Novo Código Civil”** – Dos Defeitos do Negócio Jurídico ao Final do Livro III, Arts. 185 a 232, Vol. III, Tomo II, 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 2.003
- **“Contratos”**, 3 volumes, Rio, Aide, 1988
- **“Contratos de colaboração empresarial”**, THEODORO JÚNIOR, Humberto; MELLO, Adriana Mandim Theodoro, Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2019;
- **“Curso de Direito Processual Civil”**, Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1976
- **“Curso de Direito Processual Civil”**, vol. I, 65ª ed, Rio de Janeiro, Forense, 2023
- **“Curso de Direito Processual Civil”**, vol. II, 58ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2023
- **“Curso de Direito Processual Civil”**, vol. III, 56ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2023
- **“Dano Moral”**, 6ª ed., atualizada e ampliada, São Paulo, Juarez de Oliveira, 2009
- **“Dano Moral”**, 7ª ed., atualizada e ampliada, Belo Horizonte, Del Rey, 2.010
- **“Dano Moral”**, 8ª ed. revisada, atualizada e ampliada, Rio de Janeiro, Forense, 2.016

- **“Dano Moral”**, 9ª ed. revisada, atualizada e ampliada, Rio de Janeiro, Forense, 2.024
- **“Direitos do consumidor”**, 11 ed. rev. e atual. e ampl., Rio de Janeiro: Forense, 2023
- **“Direito de Família”**, 2 volumes, São Paulo, LEUD, 1988
- **“Direito Processual Civil”**, São Paulo, Saraiva, 1978
- **“Direito Tributário Contemporâneo”**, 2ª ed., São Paulo, Ed. RT, 2.004
- **“Embargos de declaração – Remédio hábil para introduzir no julgamento o ius superveniens (art. 462 do CPC)”**, in “Estudos em homenagem à Profª ADA PELLEGRINI GRINOVER”, DPJ Editora, São Paulo, 2.005,
- **“Estudo de Direito Processual Civil”**, Uberaba, 1974
- **“Execução”**, Rio de Janeiro, Aide, vol. 3, 1991
- **“Execução civil: Estudos em homenagem ao Prof. Humberto Theodoro Júnior”**, coord. Ernane Fidélis dos Santos et al, São Paulo, RT, 2007
- **“Fraude Contra Credores - a natureza da sentença pauliana”**, 2ª ed., Del Rey, 2001;
- **“Inovações na lei do inquilinato”**, GZ, Rio de Janeiro, 2.010
- **“Lei de Execução Fiscal”**, 14ª ed., São Paulo, Saraiva, 2.022
- **“Lei do mandado de segurança comentada: artigo por artigo”**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2.019
- **“Lições de Direito Processual Civil”**, Uberaba, 1975
- **“Locação, Mandato e Comodato”**, 2ª ed., São Paulo, LEUD, 1987
- **“O Contrato Imobiliário e a Legislação Tutelar do Consumo”**, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1ª ed., 2.002;

- **“O Contrato e a Interferência Estatal no Domínio Econômico”**, capítulo do livro *“Atualidades Jurídicas”*, Del Rey, 1ª ed., vol. 3, 1993
- **“O Contrato e seus Princípios”**, Rio, 3ª ed., Aide, 2001
- **“O contrato e sua função social”**, 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008;
- **“O contrato e sua função social: a boa-fé objetiva no ordenamento jurídico e a jurisprudência”**, 4ª ed. revista, atualizada e ampliada, Rio de Janeiro, Forense, 2.014
- **“O cumprimento das sentenças e a garantia do devido processo legal”**, 3ª ed., Belo Horizonte, Mandamentos, 2007
- **“O mandado de segurança segundo a Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009”**, Rio de Janeiro, Forense, 2009
- **“Novo código de processo civil anotado”**, 23ª ed., revista e atualizada, Rio de Janeiro, Forense, 2020
- **“Negócio jurídico”**, THEODORO JÚNIOR, Humberto; FIGUEIREDO, Helena Lanna, Rio de Janeiro, Forense, 2021
- **“Novo CPC: fundamentos e sistematização”**, THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud, *(et al)*”, 3ª ed., revista e atualizada e ampliada, Rio de Janeiro, Forense, 2.016
- **“Pacto marciano: A autotutela satisfativa como importante instrumento na política universal de superação da crise vivenciada pela execução civil”**, in *“Estudos em homenagem a Sérgio Bermudes”*, Editora GZ, Rio de Janeiro, 2023, p. 327/350;
- **“Pacto marciano: A autotutela satisfativa como importante instrumento na política universal de superação da crise vivenciada pela execução civil”**, in *“Revista da Academia Brasileira de Letras Jurídicas”*, nº 40, GZ Editora, Rio de Janeiro, set./2023, p. 50/88;

- **“Precedentes no processo brasileiro”**, Rio de Janeiro: Forense, 2021.  
THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico.
- **“Prescrição e decadência”**, Ed. Forense, 3ª ed., Rio de Janeiro: 2.024
- **“Primeiras lições sobre o novo direito processual civil brasileiro: de acordo com o novo Código de Processo Civil, Lei 13.105, de 16 de março de 2.015”**, THEODORO JÚNIOR, Humberto; OLIVEIRA, Fernanda Alvim Ribeiro de (coord.); REZENDE, Ester Camila Gomes Norato (coord.), Rio de Janeiro, Forense, 2.015
- **Precedentes no processo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.  
THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico.
- **Prescrição da pretensão de petição de herança**, *in* Revista dos Tribunais, ano 110, abril/2021, vol. 1026, p. 263/302
- **“O Procedimento Monitório”**, Uberaba, 1976
- **“Processo Cautelar”**, 24ª ed., Revista ampliada e atualizada (com análise das reformas do CPC, até a lei nº 11.441, de 04.01.2007), São Paulo, Leud, 2008
- **“Processo Cautelar”**, 25ª ed., revista e atualizada, São Paulo, Leud, 2010
- **“Processo civil: Novas tendências: Estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior”**, coord. Fernando Jayme, Juliana Cordeiro de Faria e Maira Terra Lauar, Belo Horizonte, Del Rey, 2008
- **“Processo de execução e cumprimento de sentença”**, 32ª ed., Forense, 2.023
- **“Processo de execução e cumprimento da sentença”**, 29ª ed., Revista ampliada e atualizada, São Paulo, Leud, 2.017

- . **“O Processo Civil Brasileiro no Limiar do Novo Século”**, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2002;
- **“Os princípios do direito processual civil e o processo do trabalho”**, capítulo do livro “Compêndio de Direito Processual do Trabalho”, 2ª ed., LTr, São Paulo, 2001;
- **“Posse e Propriedade”**, São Paulo, LEUD, 1986
- **“Posse e Usucapião”**, Rio de Janeiro, Aide, 1991
- **“Processo Cautelar”**, 19ª ed., São Paulo, LEUD, 2000
- **“Processo civil: Aspectos relevantes: Estudos em homenagem ao Prof. Humberto Theodoro Júnior** (coord. Bento Herculano Duarte e Ronnie Preuss Duarte), São Paulo, Método, 2007, v. 2
- **“Processo civil brasileiro: novos rumos a partir do CPC/2015 – atualizado de acordo com a Lei 13.256/2016 (et al)”**, Belo Horizonte, Dey Rey, 2.016
- **“Processo de Conhecimento”**, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981
- **“Processo e Constituição” (et al)**, GZ, Rio de Janeiro, 2.010
- **“Processo de Execução”**, 20ª ed., São Paulo, LEUD, 2000
- **“Propriedade e Direitos Reais Limitados”**, Rio de Janeiro, Aide, 1991
- **“Recursos no Superior Tribunal de Justiça”**, Sálvio de Figueiredo *et alii*, São Paulo, Saraiva, 1991
- **“Recursos”**, Rio de Janeiro, 4ª ed., 2ª tiragem, Aide, 1992
- **“Responsabilidade Civil”**, São Paulo, LEUD, 1986
- **“Responsabilidade Civil”**, v. II, Rio de Janeiro, Aide, 1989
- **“Sentença”**, Rio de Janeiro, 1ª ed., 2ª tiragem, 1992
- **“Sucessões”**, Rio de Janeiro, Aide, 1990
- **“Terras Particulares: Divisão, Demarcação, Tapumes”**, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1999

- **“Terras particulares: demarcação, divisão, tapumes”**, rev. e atual. São Paulo: Leud, 1981
- **“Terras particulares: demarcação, divisão, tapumes”**, rev. e atual. de acordo com o Código de Processo Civil de 2015 e a Lei nº 13.256/2016, 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2018
- **“Títulos de Crédito e outros Títulos Executivos”**, São Paulo, Saraiva, 1986
- **“Tutela Cautelar”**, Rio, Aide, 1992
- **“Tutela diferenciada como meio de incrementar a efetividade da prestação jurisdicional” (et al)**, GZ, Rio de Janeiro, 2.010
- **“Tutela diferenciada: Opção do credor entre a ação executiva e a ação ordinária de cobrança”**, in Studi di Diritto Processuale Civile, in onore di Giuseppe Tarzia, Giuffrè Edidore, 2005;
- **“Tutela jurisdicional de urgência – Medidas cautelares e antecipatórias”**, Rio de Janeiro, Ed. América Jurídica, 2.001

|   |
|---|
| <b><u>ATUALIZAÇÃO DAS OBRAS DO PROF. ORLANDO GOMES:</u></b> |
|---|

- **“Contratos”**, Forense, 1994
- **“Direitos Reais”**, Forense, 1996
- **“Introdução ao Direito Civil”**, Forense, 1995
- **“Obrigações”**, Forense, 1995
- **“Sucessões”**, Forense, 1996

|                                    |
|------------------------------------|
| <b><u>ARTIGOS DOUTRINÁRIOS</u></b> |
|------------------------------------|

- **NA IMPRENSA ESTRANGEIRA:**

- **Estabilização da demanda e “*mutatio libelli*”:** Breve visão comparatística entre os regimes do CPC brasileiro e do CPC italiano, *in* Il diritto degli affari. Rivista Quadrimestrale, anno XI (2021). Gennaio-Aprile/Milano;
- **Estabilização da demanda e “*mutatio libelli*”:** Breve visão comparatística entre os regimes do CPC brasileiro e do CPC italiano, *in* “Coisa Julgada – Aspectos comparados Brasil-Itália”, (coord. Érico Andrade, Juliana Cordeiro de Faria, Martino Zulberti), Ed. Foco, 2022, São Paulo, pág. 39/52;
- **“La Mision Política del Poder Judicial”,** *in* “Juris”, nºs 6.793 (p.2-6) e 6.794 (p.2-7), Argentina, Rosário, 1980;
- **“Los Poderes del Juez Frente a la Prueba”,** *in* “Juris”, nºs 7.113 (p.3-7), 7.114 (p. 3-7), 7.115 (p. 3-7), Rosário, Argentina, 1981;
- **“Responsabilidade civil objetiva derivada de execução de medida cautelar ou medida de antecipação de tutela”,** *in* “Revista Iberoamericana de Derecho Procesal, Buenos Aires, ano 1, nº 1, 2.002, p. 51/73;

- **NA IMPRENSA NACIONAL:**

- **“A ação civil pública e a tutela cautelar”**, *in* “Doutrina em Consórcio”, t. 1, v. 1, São Paulo, Hermes Ed., 1990, p. 17-41;
- **“Ação pendente contra pessoa jurídica – Cisão parcial durante o processo – Julgamento de mérito sem citação das sociedades sucessoras – Cabimento de ação rescisória”**, *in* “Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do consumidor”, nº 45, jun.-jul./2012, p. 5/25;
- **“Ação pendente contra pessoa jurídica – Cisão parcial durante o processo – Julgamento de mérito sem citação das sociedades sucessoras – Cabimento de ação rescisória”**, *in* “Revista Jurídica LEX”, Lex Editora, São Paulo, vol. 57, mai.-jun./2012, p. 30/48;
- **“Ação de prestação de contas – força executiva da sentença – Prescrição”**, *in* “Execução Civil e temas afins do CPC/1973 ao novo CPC” – ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROF. ARAKEN DE ASSIS – Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 534/549;
- **“A ação jurídica e incidente de falsidade: falso ideológico e intervenção de terceiros”**, *in* “Revista de Processo”, v. 51, p. 32-41, 1988;
- **“A ação rescisória e o problema da superveniência do julgamento da questão constitucional”**, *in* “Revista de Processo”, vol. 79, jul.-set./95, pág. 159/171;
- **“A ação rescisória no Novo Código de Processo Civil”**, *in* RBDPro [Edição Especial – Trabalhos apresentados no XXVI

Encontro Pan-americano de Direito Processual], nº 90, ano 23, abr./jun.-2015, Editora Fórum, p. 279/306;

- **“A ação rescisória e os julgamentos fracionados do mérito da causa”**, in “Direito Civil e Processo” – Estudos em homenagem ao Prof. Arruda Alvim, Ed. RT, São Paulo, 2.007, p. 565/572;
- **“A arbitragem como meio de solução de controvérsias”** (DOCTRINA), in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, ano I, nº 2, nov.dez./1999, pág. 5/16;
- **“A arbitragem como meio de solução de controvérsias”**, (DOCTRINA), in “GENESIS - Revista de Direito Processual Civil”, ano IV, nº 14, out.-dez./1999, pág. 703/714;
- **“A arbitragem como meio de solução de controvérsias”**, in Revista Forense, vol. 353, jan.fev./2.001, p. 107/116;
- **“A brief discussion of the politicization of the judiciary and the view of its application in Brazilian law”**, in “VRÜ – Verfassung und Recht in Übersee – Law and politics in africa / Asia / Latin America“, 2011, n.44, p. 381/408;
- **“A cédula de crédito bancário”**, in "Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil", nº 26, nov.dez./2.003, p. 5/44;
- **“A cédula de crédito bancário”**, in "Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem", Ed. RT, nº 22, out.dez./2.003, p. 13/52;
- **“A cédula de crédito bancário”**, in "Revista Forense", vol. 380, jul.-ago/2005, p. 119/147;
- **“A cédula de crédito bancário”**, in “Revista dos Tribunais (Edições Especiais/100 Anos)”, Doutrinas Essenciais / Direito Empresarial / Títulos de Crédito, vol. V, dez./2010, p. 669/714;

- **“A cédula de crédito bancário como título executivo extrajudicial no direito brasileiro”, in “Revista Jurídica”, nº 362, Ed. Notadez, dez./2007, p. 11/34;**
- **“Acesso à justiça – Sociedade empresarial – Cláusulas estatutárias que condicionam a formação da vontade social quanto ao interesse em litigar ou não a procedimentos internos especiais: Ausência de violação ao princípio da inafastabilidade de jurisdição”, in “Revista de Processo, ano 45, nº 301, mar./2020, p. 303/324;**
- **“A cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública segundo a Lei 6.830, de 22.09.1980”, in “Revista dos Tribunais – Edições Especiais / 100 anos”, vol. VII, “Doutrinas Essenciais – Direito Tributário / Direito Processual Administrativo e Judicial”, 2011, p.327/347;**
- **“A coisa julgada e a rescindibilidade da sentença”, in “Jurisprudência Mineira”, v. 128, p. 1-23, out./dez.1994;**
- **“A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para seu controle”, in “Revista Ibero-Americana de Direito Público, vol. III, Ed. América Jurídica, Rio de Janeiro, ano 2, 1º trimestre de 2.001, p. 77/95;**
- **“A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para seu controle”, in “GÊNESIS - Revista de Direito Processual Civil”, nº 21, jul.set./2001, p. 542/562;**
- **“A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para seu controle”, in “Revista dos Tribunais”, vol. 795, jan./2.002, p. 22/40;**

- **“A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para seu controle”**, in “Revista do Ministério Público”, Porto Alegre/RS, nº 47, 2.002, p. 115/147;
- **“A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para seu controle”**, in “Revista da Faculdade de Direito Milton Campos”, Ed. Del Rey, nº 8, 2.001, p. 41/69;
- ◆ **“A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para seu controle”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 19, set.-out./2002, p. 32/52;
- ◆ **“A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para seu controle”**, in “*JusPODIVM - Estudos de Direito Constitucional*”, cap. VIII, Coordenador Robério Nunes dos Anjos Filho - (*I Encontro Brasil-Portugal de Direito Constitucional e I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado, promovido em setembro de 2.002, em Salvador, pela Associação Nacional dos Procuradores da República, Curso JusPODIVM, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Faculdades Jorge Amado*), 2.003, p.183/227;
- ◆ **“A constitucionalização do processo no estado democrático de direito”**, in “Constituição, Política e Cidadania” [*em homenagem a Michel Temer*], GIV Ed. Jurídica, João Pessoa, 2013, p. 221/240;
- ◆ **“A constitucionalização do processo no estado democrático de direito”**, in “Novo CPC: reflexões e perspectivas”, Coord. Antônio Pereira Gaio Júnior, Alexandre Freitas Câmara, Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2014, p. 163/192;
- ◆ **“O CPC/2015 e a valorização da jurisprudência como fonte de direito”**, in “O Processo Civil Moderno [*em homenagem ao Prof.*

Raimundo Cândido Júnior], OAB Editora, Brasília, 2017, p. 279/293;

- ◆ **“A cooperação internacional no âmbito do Mercosul: o cumprimento das sentenças de eficácia internacional”**, in “Revista do Advogado” – *Estudos de Processo Civil em homenagem ao centenário de THEOTONIO NEGRÃO* –, AASP, nº 136, ano XXXVII, dez./2017, p.56/61;
- **“A correção monetária segundo a Lei nº 6.899, de 8.4.81”**, in “Revista Ajuris”, v. 28, p. 210-234; “RF”, v. 289, p.1-12;
- **“A defesa nas ações do código do consumidor,”** in “Revista dos Tribunais”, ano 87, v. 751, maio/1998, p. 11/27;
- **“A desconsideração da personalidade jurídica no direito processual civil brasileiro”**, in “Processo Societário”, Editora Quartier Latin, São Paulo: Coordenadores - Flávio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira, 2012, p. 317/331;
- **A desjudicialização da execução civil: projetos legislativos em andamento**, in Revista de Processo, ano 46, nº 313, março/2021, p. 153/163;
- **“A evolução da jurisprudência sobre concorrência de ação acidentária e ação indenizatória de direito comum”**, in “Revista de Julgados-TAMG”, v. 26/27, 1986, “Ciência Jurídica”, v. 2, p. 95-112, 1987;
- **“A exceção de prescrição no processo civil – Impugnação do devedor e decretação de ofício pelo juiz”**, in “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. IOB Thomson, nº 41, mai.jun./2006, p. 68/85;
- **“A exceção de prescrição no processo civil – Impugnação do devedor e decretação de ofício pelo juiz”**, in “Revista Mens

Legis”, AD2 Editora, Belo Horizonte, ano I, nº 2, mar/abr/maio-2007, p. 14/17;

- **“A exceção de prescrição no processo civil – Impugnação do devedor e decretação de ofício pelo juiz”**, in “Meios de Impugnação ao Julgado civil – estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira”, Ed. Forense, 2007, p. 303/323;
- **“A execução contra a Fazenda Pública e os crônicos problemas do precatório”**, in “Precatórios: problemas e soluções”, coord. ORLANDO VAZ, CJB - Centro Jurídico Brasileiro, Ed. Del Rey, Belo Horizonte, 2.005, cap. 2, p. 45/75;
- **“A execução específica do compromisso de compra e venda de imóveis”**, in “Revista de Doutrina e Jurisprudência”, v. 26, p. 11-26, 1988;
- **“A execução fiscal e alguns problemas gerados pela aplicação prática da Lei nº 6.830 de 22/09/80”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. 41, p. 17-42;
- **“A execução fiscal e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ) disciplinado pelo CPC/2015”**, in “Desconsideração da Personalidade no Direito Tributário (Aspectos Materiais e Processuais)”, Ed. Foco, São Paulo, julho/2023, p. 821/837;
- **“A execução fiscal. Procedimento administrativo. Penhora. Embargos do devedor”**, in “Revista Forense”, v. 330, p. 91-110, abr./maio/jun. 1995;
- **“A execução forçada no moderno processo civil”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, Ed. Fórum, ano 20, nº 77, jan./mar./2012, p. 13/35;

- **“A execução forçada no processo civil”**, in “ciência Jurídica”, v. 7, p. 13-27, 1987;
- **“A execução forçada e a responsabilidade patrimonial”**, in “Atualidades jurídicas”, Ed. Saraiva, São Paulo, coordenação de MARIA HELENA DINIZ, vol. 3, 2001, p. 207/228;
- **“A execução pelo modo menos gravoso para o devedor”**, in “O CPC DE 2015 Visto Pelo STJ”, (Coord. de Teresa Arruda Alvim, Sérgio Luiz Kukina, Pedro Miranda de Oliveira e Alexandre Freire), Revista dos Tribunais, 2021, p. 343/354;
- **“A execução dos títulos extrajudiciais, após a Lei 11.382/2006”**, in “Revista de Processo”, ano 38, nº 222, agosto/2013, p. 13/39;
- **“A experiência recente na execução civil no direito brasileiro e algumas perspectivas de futuro”**, in “Tensões entre o Público e o Privado [Anais do II Encontro Luso-Brasileiro de Direito]”, Ed. Fórum, Belo Horizonte, 2015, p. 149/185;
- **“A Fazenda Pública e alguns aspectos da execução forçada”**, in “RF”, v. 281, p. 63-72;
- **“A fiança e prorrogação do contrato de locação”**, in “Revista de Direito Privado”, Ed. RT, nº 18, abr.jun./2004, p. 66/83;
- **“A fiança e a prorrogação do contrato de locação”**, in “Revista CEJ - Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal”, nº 24, ano VIII, mar./2004, p. 49/57;
- **“A fiança e a prorrogação do contrato de locação”**, in Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia”, vol. 33, nºs 1/2, 2004/2005, pág. 51/74;
- **“A fiança e a prorrogação do contrato de locação”**, in “Revista dos Tribunais (Edições Especiais / 100 anos) – Doutrinas

Essenciais - Obrigações e Contratos”, Ed. RT, vol. V, 2011, p. 1037/1057;

- **“A fiança e a prorrogação do contrato de locação”**, *in* “Doutrinas Essenciais – Direito Imobiliário – Contratos Imobiliários / Locação de Imóveis Urbanos, vol. IV, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2023, p. 795/815;
- **“A força do precedente no Direito Processual Civil Brasileiro – Regime Pós-CPC/2015”**, *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, nº 80, set./out.2017, p. 5/28;
- **“A força do precedente no Direito Processual Civil Brasileiro – Regime Pós-CPC/2015”**, *in* “Processo civil democrático – A função jurisdicional e as políticas públicas”, Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2018, p. 3/31;
- **“A fraude de execução e o regime de sua declaração em juízo”**, *in* “Revista Jurídica”, nº 279, jan.2001, p. 5/21;
- **“A fraude de execução e o regime de sua declaração em juízo”**, *in* “Revista de Processo”, nº102, abr.jun./2001, p. 68/88;
- **“A fraude de execução e o regime de sua declaração em juízo”**, *in* “Gênesis - Revista de Direito Processual Civil”, vol. 20, abr./jun./2.001, p. 258/275;
- **“A função social do contrato”**, *in* “LEX Revista Jurídica”, São Paulo, v. 73, jan.-fev./2015, p.11/31;
- **“A função social do contrato e o princípio da boa-fé no novo Código Civil brasileiro”**, *in* “Revista Forense”, nº 364, dez. 2002, pág. 3/19;
- **“A garantia do devido processo legal e a busca da verdade”**, *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, vol. 77, mar./abr.2017, p. 28/48;

- **“A garantia do devido processo legal e o grave problema do ajuste dos procedimentos aos anseios de efetiva e adequada tutela jurisdicional”**, in “Revista da AMAGIS”, vol. 21, p. 21-35, junho 1992, “Revista Jurídica Mineira”, v. 94, p. 7-20, mar./abr. 1992; “Magistratura”, Escola Superior de Magistratura do Estado de Goiás, jan/94, p. 10-30;
- **“A garantia do processo justo: Relevantes repercussões sobre antigos institutos processuais como a assistência e os embargos de declaração”**, in “Relações e influências recíprocas entre Direito Material e Direito Processual [Estudos em homenagem ao Prof. Torquato Castro]”, Ed. JusPODIVM, Salvador, 2017, pág. 183/211;
- **“A garantia fundamental do devido processo legal e o exercício do poder de cautela no direito processual civil”**, in “Synthesis”, v. 12, p. 75-78, 1991; “Revista Forense”, v. 310, p. 19-28, abr./jun. 1990;
- **“A grande função do processo no Estado Democrático de Direito”**, (Edição em homenagem ao Prof. Edson Prata), in “Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPRro”, Ed. Fórum, Belo Horizonte, ano 15, nº 59, jul.-set./2007, p. 11/21;
- **“A gravação de mensagem telefônica como meio de prova no processo civil”**, in “Boletim Técnico da OAB”, v. 1. EAOAB, Belo Horizonte, 1994, p. 110-22;
- **“A gravação de mensagem telefônica como meio de prova no processo civil”**, in “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. IOB Thomson, nº 42, jul.-ago./2006, pág. 32/45;
- **“A gravação de mensagem telefônica como meio de prova no processo civil”**, in “Revista Forense”, vol. 389, p. 97/105;

- **“A gravação de mensagem telefônica como meio de prova no processo civil”**, in “Revista Autônoma de Processo”, Ed. Juruá, Curitiba, nº 3, abr.-jun./2007, p. 215/231;
- **“A gravação de mensagem telefônica como meio de prova no processo civil”**, in “Juris Plenum”, Ed. Plenum, Caxias do Sul/RS, ano IV, nº 22, jul./2008, p. 85/96;
- **“A importância da prova pericial no devido processo legal”**, in “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, nº 62, nov./dez./2009, p. 64/79;
- **“A importância da prova pericial no devido processo legal”**, in “Revista Forense”, vol. 403, mai.-jun./2009, p. 297/310;
- **“A impossibilidade da penhora do capital de giro”**, in Revista Forense, vol. 340, p. 113/119;
- **“A insolvência civil”**, in “O Novo Direito dos Negócios” – Estudos em Homenagem ao Prof. Nelson Abrão (centenário) –, GZ Editora, Rio de Janeiro, 2024, p. 151/186;
- **“A intimação e a contagem do prazo para recorrer”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, vol. 13, set.-out./2.001, p. 14/16;
- **“A investigação de paternidade e o direito de alimentos em face da filiação adulterina” a matre**, in “Revista Forense”, v. 238, p. 38-44; “Revista dos Tribunais”, v. 51, p. 671-680;
- **“A irregularidade da petição recursal não assinada”**, in “Revista Nacional de Direito e Jurisprudência”, vol. 54, jun.2004, p.11/18;
- **“A jurisdição como meio de tutela ao trabalho decente”**, in “Trabalho Decente” (COLEPRECOR – Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs), LTr, São Paulo, 2017, pág. 69/72;

- **“A lei nº 7.538/86 e a suspensão dos despejos e revisões de aluguel”, in “ADV - Informativo Semanal”, nº 43/1986, p. 412-413;**
- **“A vedação da cláusula mandato pelo Código de Defesa do Consumidor – Reflexos sobre o contrato de cartão de crédito”, in “Revista do Advogado”, AASP – Associação dos Advogados de São Paulo, nº 89, dez./2006, p.43/57;**
- **“Admissibilidade da prova pericial complexa – Direito à prova e garantias processuais constitucionais” (PARECER) – in “Revista da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual”, nº 89, jul.-ago/2007, pág. 63/71;**
- **"Alguns reflexos da Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, sobre o processo civil", in "Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, Ed. Síntese, nº 35, maio/junho-2005, p. 17/29;**
- **"Alguns reflexos da Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, sobre o processo civil", in "Revista de Processo", nº 124, jun./2005, p. 28/39;**
- **"Alguns reflexos da Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, sobre o processo civil", in “Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais”, nº 47, jul.dez./2005, p. 75/94;**
- **"Alguns reflexos da Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, sobre o processo civil", in “A Reforma do Judiciário”, Ed.Quartier Latin, São Paulo, 2.006, coord. Fábio Cardoso Machado e Rafael Bicca Machado, p. 378/382;**
- **“A autonomização e a estabilização da tutela de urgência no Projeto de CPC”, in “Revista de Processo”, Ed. RT, ano 37, nº 206, abr./2012, p. 13/59;**

- **“A extinção da hipoteca pelo decurso do tempo no regime do Código Civil de 2.002”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, nº 22, Ed. Magister, Porto Alegre, jan.-fev./2008, p. 17/24;
- **“A extinção da hipoteca pelo decurso do tempo no regime do Código Civil de 2.002”**, in “Revista Autônoma de Direito Privado”, nº 5, Curitiba, Ed. Juruá, jul.-dez./2008, p. 113/121;
- **“A extinção da hipoteca pelo decurso do tempo no regime do Código Civil de 2.002”**, in “Revista da Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, nº 53, pág. 165/175; jul-dez./2008;
- **“A extinção da hipoteca por preempção e o direito intertemporal”**, in “Revista Autônoma de Direito”, nº 3, Curitiba, Ed. Juruá, abr.-jun./2007, p. 283/292;
- **“A extinção da hipoteca por preempção e o direito intertemporal”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Editora Magister, vol. 21, nov.-dez./2007, p. 5/12;
- **“A incorporação imobiliária e o Código de Defesa do Consumidor”**, in “Repertório de Jurisprudência IOB”, vol. III, 1ª quinzena de Junho, nº 11/2017, p. 423;
- **“A locação predial urbana e a reforma monetária (Dec.-Lei nº 2.284, de 10.03.86)”**, in “Seleções Jurídicas-ADV”, p. 18-23; “Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados”, v. 41, p. 3-14; “Revista dos Tribunais”, v. 614/713; “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. 23, p. 69-86;
- **“A missão política do Poder Judiciário”**, in “Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia”, v. 7, nº 2, p. 373-385; “Juriscível do STF”, v. 79, p. 7-17; “Jurisprudência Mineira”, v. 73, p. 1-11; “Revista Forense”, v. 266, p. 363-368;

- **“A nova constituição e o direito civil”**, in “Seleções Jurídicas-ADV”, p. 3-8, maio/1989; “Jurisprudência Mineira”, v. 106, p. 1-10, abril/junho 1989; “Revista Jurídica”, v. 148, p. 5-16, fev. 1990;
- **“A nova lei do inquilinato e as ações locatícias”**, in “Revista Instituto dos Advogados de Minas Gerais”, Belo Horizonte, v. 1, p. 203-231, 1995;
- **“A obrigação de indenizar e a transação”**, in “Livros de Estudos Jurídicos”, Rio, IEJ, v. 9, p. 224-231, 1994;
- **“A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica”**, in “Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”, ano XXIV, vol. 58, nº 1, jan./mar./2.006, p. 15/62;
- **“A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica”**, in “Revista da Escola Nacional da Magistratura – Associação dos Magistrados Brasileiros”, Ed. Justiça & Cidadania, ano I, nº 1, abril/2006, p. 98/120;
- **“A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, vol. 11, mar./abr./2.006, p. 5/32;
- **“A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica”**, in “Revista de Processo”, nº 136, jun./2006, p. 32/57;
- **“A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica”**, in “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Thomson IOB, vol. 40, mar.-abr./2.006; pág. 25/53;

- **“A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica”**, in “Revista EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro”, vol. 9, nº 35, 2.006, pág. 15/48;
- **“A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica”**, in “Revista Forense”, vol. 387, out./2006, p. 133/157;
- **“A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica”**, in “Revista do Tribunal Regional Federal, 4ª Região, Porto Alegre, ano 17, nº 62, 2.006, p.65/96;
- **“A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica”**, in “Revista Autônoma de Direito Privado”, nº 2, Ed. Juruá, coord. Arruda Alvim e Angélica Arruda Alvim, jan.mar./2007, p. 199/230;
- **“A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica”** - in “Terceira Etapa da Reforma do Código de Processo Civil - Estudos em homenagem ao Ministro José Augusto Delgado”, Edições Podivm, 1ª edição, Salvador, 2.007, p. 187/215;
- **“A petição de herança encarada principalmente dentro do direito processual civil”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. 45, p. 51-84; “Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados”, v. 36, p. 3-30; “Revista dos Tribunais”, v. 581, p. 9l; “Revista Jurídica Mineira”, v. 8, p. 11-37; “Ajuris”, v. 30, p. 113-140;
- **“A petição de herança encarada principalmente dentro do direito processual civil”**, in “Revista dos Tribunais (Edições

Especiais – 100 Anos) – Doutrinas Essenciais – Família e Sucessões”, Ed. RT, vol. VI, 2011, p. 225/252;

- **“A penhora *on line* e alguns problemas gerados pela sua prática”, in “Revista de Processo”, nº 176, Ed. RT, out./2009, p. 11/35;**
- **“A possibilidade de cumulação das técnicas executivas da coerção pessoal (prisão) e da coerção patrimonial (penhora) no âmbito da mesma execução de alimentos”, HUMBERTO THEODORO JÚNIOR e HELENA LANNA FIGUEIREDO, in “Alimentos - Aspectos processuais” (Direito de família conforme interpretação do STJ), Ed. Foco, São Paulo, 2024, p. 121/145;**
- **“A presunção legal e o princípio da verdade real”, in “Revista Pela Ordem” (OAB/MG), ano I, nº I, mar./2010, p. 34;**
- **“A prova indiciária no Novo Código Civil e a recusa ao exame de DNA”, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 33, Jan.Fev./2.005, p. 29/45;**
- **“A prova indiciária no Novo Código Civil e a recusa ao exame de DNA”, in “Prova, Exame Médico e Presunção: O Artigo 232 do Código Civil”, Editora Podivm, coord. Fredie Didier Jr., Rodrigo Mazzei, 2.006, p. 121/134;**
- **“A prova indiciária no Novo Código Civil e a recusa ao exame de DNA”, in “Revista Autônoma de Direito Privado”, Editora Juruá, Curitiba, nº 1, (coord. Arruda Alvim e Angélica Arruda Alvim), out./dez./2006, p. 241/257;**
- **“A prova e a iniciativa do juiz no novo Código de Processo Civil: Disputa entre garantismo e ativismo judicial”, in “Segurança Jurídica e Protagonismo Judicial” – Desafios em tempos de incertezas – (Estudos jurídicos em homenagem ao Min.**

Carlos Mário da Silva Velloso), GZ Editora, 1ª ed., Rio de Janeiro, 2017, p. 401/434;

- **“A reforma do direito processual civil e o princípio constitucional da segurança jurídica”, in “O processo na Constituição”, Ed. Quartier Latin do Brasil, São Paulo, (coord. Ives Gandra da Silva Martins e Eduardo Jobim), 2.008, p. 235/268;**
- **“A reforma do processo de execução e o problema da coisa julgada inconstitucional (CPC, art. 741, parág. único)”, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 29, mai.-jun./2004, p. 5/27;**
- ◆ **“A reforma do processo de execução e o problema da coisa julgada inconstitucional (CPC, art. 741, parág. único)”, in “Revista Brasileira de Estudos Políticos”, nº 89, Jan.Jun./2004, p.63/100;**
- ◆ **“A reforma do processo de execução e o problema da coisa julgada inconstitucional (CPC, art. 741, parág. único)”, in “Doutrina do STJ - Edição Comemorativa - 15 anos”, Brasília/2005, p. 49/77;**
- ◆ **“A reforma do processo de execução e o problema da coisa julgada inconstitucional (CPC, art. 741, parág. único)”, in “Revista dos Tribunais”, vol. 841, nov./2.005, p. 56/76;**
- **“Apontamentos sobre a responsabilidade civil da denúncia dos contratos de distribuição, franquia e concessão comercial”, in “Revista dos Tribunais”, vol. 790, ago./2.001, p. 11/44;**
- **“Apontamentos sobre a responsabilidade civil da denúncia dos contratos de distribuição, franquia e concessão comercial”, in “Revista de Direito Mercantil industrial, econômico**

e financeiro”, Malheiros Editores, vol. 122, abril-junho/2.001, p. 7/37;

- **“Apontamentos sobre a responsabilidade civil da denúncia dos contratos de distribuição, franquia e concessão comercial”** (em coautoria com Adriana Mandim Theodoro de Mello), Belo Horizonte: Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 2001;
- **“Apontamentos sobre a responsabilidade civil da denúncia dos contratos de distribuição, franquia e concessão comercial”**, in “Revista dos Tribunais (Edições Especiais/100 Anos – Doutrinas Essenciais / Direito de Obrigações e Direito Negocial)”, vol. II, 2010, p.795/841;
- **“A preclusão no processo civil”**, in “Revista dos Tribunais”, vol. 784, fev.2001, p. 11/28;
- **“A sentença arbitral e os precedentes judiciais”**, in “Revista de Processo”, vol. 337, março/2023, p. 389/416;
- **“A sentença declaratória e sua possível força executiva”**, in “Tendências do moderno processo civil brasileiro – Aspectos individuais e coletivos das tutelas preventivas e ressarcitórias” – (Estudos em homenagem ao jurista Ronaldo Cunha Campos) –, Ed. Fórum, Belo Horizonte, 2008, p. 369/384;
- **“A sentença declaratória e sua possível força executiva”**, in “Revista Jurídica”, nº 374, Ed. Notadez: Porto Alegre, dez./2008, p. 11/27;
- **“A sentença declaratória e sua possível força executiva”**, in “Juris Plenum – Doutrina – Jurisprudência – Legislação”, Ed. Plenum, ano V, nº 29, set./2009, p. 19/31;

- **“Arbitragem e terceiros - Litisconsórcio fora do pacto arbitral - Outras intervenções de terceiros** (Estudo em homenagem ao Prof. Cláudio Vianna de Lima)”, *in* “RTDC” - Revista Trimestral de Direito Civil -, Ed. Padma, Rio de Janeiro, vol. 7, jul./set.2001, p. 53/87;
- **“Arbitragem e terceiros - Litisconsórcio fora do pacto arbitral - Outras intervenções de terceiros** (Estudo em homenagem ao Prof. Cláudio Vianna de Lima)”, *in* “Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem”, Ed. RT, nº 14, out.dez./2.001, p. 357/386;
- **“Arbitragem e terceiros - Litisconsórcio fora do pacto arbitral - Outras intervenções de terceiros** (Estudo em homenagem ao Prof. Cláudio Vianna de Lima)”, *in* “Revista de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP, Ed. Síntese, vol. 4, 2.002, p. 49/77;
- **“Arbitragem e terceiros - Litisconsórcio fora do pacto arbitral - Outras intervenções de terceiros”**, *in* “Revista do 1º Seminário Internacional sobre Direito Arbitral” - realização conjunta da Câmara de Arbitragem de Minas Gerais e do Instituto do Advogado de Minas Gerais – Belo Horizonte, maio/2.002, p. 207/245;
- ◆ **“Arbitragem e terceiros - Litisconsórcio fora do pacto arbitral - Outras intervenções de terceiros**, *in* “Revista Forense”, Estudo em homenagem ao Prof. Cláudio Vianna de Lima, vol. 362, jul./ago.2002, p. 41/61;
- **“Arbitragem e terceiros - Litisconsórcio fora do pacto arbitral - Outras intervenções de terceiros**, *in* “Reflexões sobre Arbitragem” (in memoriam do Desembargador Cláudio Vianna de

- Lima), Ed. LTr, São Paulo, Coordenação de Pedro A. Batista Martins e José Maria Rossani, Garcez, junho/2.002, p. 227/260;
- **“A Reforma do Código de Processo Civil Brasileiro”**, in “ANIMUS - Revista da Associação dos Magistrados Catarinenses (Edição Especial), vol. II, dez./99, p. 15/52;
  - **“A reforma do Poder Judiciário”**, in “Revista Jurídica Mineira”, v. 6, p. 11-25;
  - **“A regulação do sinistro no direito atual e no projeto de lei nº 3.555, de 2004”**, in “IV Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho”, Ed. IBDS, vol. IX, 2.006, pág. 183/215;
  - **“A responsabilidade civil por erro médico”**, in “Direito & Medicina - Aspectos Jurídicos da Medicina”, Del Rey, Belo Horizonte, 2.000, Coordenador: Sálvio de Figueiredo Teixeira, p. 113/132;
  - **“A tutela da evidência”**, in “Processo Civil e Seguro Vol. II”, Ed. Quartier Latin do Brasil, São Paulo, 2023, p. 445/471;
  - **“A tutela dos interesses coletivos (difusos) do direito brasileiro”**, in “Revista Forense”, v. 318, p. 43-53, abr./maio/jun. 1992 e “Revista Jurídica”, v. 183, dezembro 1992; “AMAGIS”, v. 23, 1993;
  - **“A tutela da posse no Novo Código de Processo Civil (PL 8.046/2010)”**, in “Novas tendências do processo civil (Estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil)”, Salvador: Ed. PODiVM, vol. II, 2014, p. 695/808;
  - **“Abuso de direito processual no ordenamento jurídico brasileiro”**, in “Revista Forense”, Rio de Janeiro, nº 344, out.nov.dez./98, p.43/65;

- **“Abuso de direito processual no ordenamento jurídico brasileiro”** (Relatório Brasileiro), *in* “Abuso dos Direitos Processuais”, coordenador: José Carlos Barbosa Moreira, Editora Forense, 1ª ed., Rio de Janeiro, 2000, p. 93/129;
- **“Abuso de direito processual no ordenamento jurídico brasileiro”**, *in* “Revista Forense (Comemorativa 100 anos – 1094/2004)”, p. 699/738;
- **“Ação Civil Pública. Operação Bancária de Caderneta de Poupança. Inaplicabilidade de Ação Civil Pública. Inocorrência de Relação de Consumo. Direitos Individuais Homogêneos. Carência de Ação e Coisa Julgada”**, *in* “Revista dos Tribunais”, vol. 747, p. 111/134, janeiro/98;
- **“Ação Civil Pública. Operação Bancária de Caderneta de Poupança. Inaplicabilidade de Ação Civil Pública. Inocorrência de Relação de Consumo. Direitos Individuais Homogêneos. Carência de Ação e Coisa Julgada”**, *in* “Aspectos Polêmicos da Ação Civil Pública”, (Coord. de Arnaldo Wald), Ed. Saraiva, 2.003, p.167/197;
- **“Ação Civil Pública. Operação Bancária de Caderneta de Poupança. Inaplicabilidade de Ação Civil Pública. Inocorrência de Relação de Consumo. Direitos Individuais Homogêneos. Carência de Ação e Coisa Julgada”**, *in* “Aspectos Polêmicos da Ação Civil Pública”, coord. Arnaldo Wald, Ed. Saraiva, 2ª ed., 2007, p. 167/197;
- **“Ação popular - Defesa dos interesses de investidores - Títulos de capitalização - Descabimento - Carência de ação”**, - (PARECER) - *in* “Revista Jurídica”, vol. 272, p. 68/86, jun./2000;

- **“Ação de preferência e litigância de má fé”**, in “Revista Jurídica”, v. 163, p. 18-28, maio 1991; “Ciência Jurídica”, v. 41, p. 295-304, set./out. 1991;
- **“Ação declaratória incidental”**, in “Seleções Jurídicas-ADV”, p. 23-43, 1985; “Revista Brasileira de Direito Processual”, 49, p. 83-122, 1986;
- **“Ação monitória - Prova escrita - Conceito - Iliquidez - Momento de sua arguição”** (PARECER), in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, nº 1, Set-Out/99, p. 61/75;
- **“Ação monitória - Prova escrita - Conceito - Iliquidez - Momento de sua arguição”** (PARECER), in GÊNESIS - Revista de Direito Processual Civil, Curitiba, nº 13 ano IV, jul-set/99, p. 601/614;
- **“Ação de nulidade de acordo de acionistas entre o Estado de Minas Gerais e Southern Electric Brasil Participações Ltda.”** (PARECER), in DIREITO PÚBLICO: Revista da Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais, Ed. Del Rey, nº 2, vol. 1, jul.-dez/1999;
- **“Ação de nunciação de obra nova”**, in “Prática Jurídica”, ano I, nº 8, nov./2.002, p. 34/35;
- **“Ação ordinária e suspensão da execução de título executivo extrajudicial: Viabilidade, requisitos e impactos processuais”**, in “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 57, dez./2007, pág. 59/73;
- **“Ação rescisória”**, in “Processo nos Tribunais Superiores” - (De acordo com a EC nº 45/2004) -, coord. Marcelo Andrade Feres e

Paulo Gustavo M. Carvalho, Ed. Saraiva, São Paulo, 2.006, p. 143/195;

- **“Ação rescisória – Falsidade de prova – Prazo decadencial – Prova emprestada – *Iudicium rescindentes e iudicium rescissorium*”, in “Revista Ibero-Americana de Direito Público”, vol. VII, Ed. América Jurídica, 2.002, p. 185/196;**
- **“Ação rescisória – Falsidade de prova – Prazo decadencial – Prova emprestada – *Iudicium rescindentes e iudicium rescissorium*”, in “Revista Ibero-Americana de Direito Público”, vol. IX, Ed. América Jurídica, 2.003, p. 83/92;**
- **“Ação Rescisória - Matéria tributária - Decisão incidental do STF - Proclamação de constitucionalidade de lei anteriormente havida como inconstitucional - Descabimento da rescisão”, - (PARECER) - in “Revista de Processo”, julho/setembro-1997, ano 22, p.199/210;**
- **“Ação rescisória - sentença *ultra petita*”, in “Revista Ibero-Americana de Direito Público”, vol. IV, Ed. América Jurídica, 2.001, p. 279/294**
- **“Ação rescisória - violação a literal disposição de lei” PARECER - in “ABMCJ em Revista - Revista da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica”, ano I, nº 1, Editora RTM, 2001, p. 211/220;**
- **“Acidente do trabalho e responsabilidade civil de direito comum - Danos materiais e morais,” in “Ensaio Jurídicos” - O Direito em Revista - coordenação de Ricardo Bustamante, vol. 6, 1ª edição, 1998, p. 13/41;**
- **“Acidente do trabalho na nova Constituição”, in “Revista Forense”, v. 304, p. 86-91; “Revista dos Tribunais”, nº 635, p. 116-**

121 e “Revista Jurídica”, v. 141, p. 5-15, 1989; “Revista da Faculdade de Direito da UFMG”, v. 32, p. 165-177, 1989;

- **“Ações de divisão e demarcação”**, in “Revista Jurídica Mineira”, v. 13, p. 13-30;
- **"Ações individuais e coletivas sobre relação de consumo - Reunião de processos por conexão"**, in "Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil", nº 37, set.-out./2005, p. 13/35;
- **"Ações individuais e coletivas sobre relação de consumo - Reunião de processos por conexão"**, in "Revista Magister – Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor", nº 11, Ed. Magister, Porto Alegre, out./nov.2006, p. 47/71;
- **"Ações individuais e coletivas sobre relação de consumo - Reunião de processos por conexão"**, in “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, nº 44, nov./dez./2006, p. 56/78;
- **“Ações Possessórias”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. 44, p. 99-134; “Seleções Jurídicas-ADV”, p. 5-38, julho 1984;
- **“Ações preferenciais – Dividendos prioritários e lucros remanescentes”**, in “Sociedades Anônimas e Mercado de Capitais” – *Homenagem ao Prof. Osmar Corrêa Lima* –, São Paulo: Editora Quartier Latin, 2011, p. 181/200;
- **“Ainda a polêmica sobre a distinção entre a ‘jurisdição contenciosa’ e a ‘jurisdição voluntária’”**, in “Revista de Processo”, Ed. RT, ano 36, nº 198, ago./2011, p.13/49;
- **“Algumas notas sobre a ineficácia e a revogação de atos praticados antes da falência (Lei nº 11.101/2005, arts. 129 e 130)”**, in “10 Anos de Vigência da Lei de Recuperação e falência (Lei nº 11.101/2005) - [Retrospectiva geral contemplando a Lei nº

13.043/2014 e a Lei Complementar nº 147/2014] -, Ed. Saraiva, 2015, p. 311/336;

- **“Algumas observações sobre a ação civil pública e outras ações coletivas”**, *in* “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 9, jan.fev./2001, p.139/159;
- **“Algumas observações sobre a ação civil pública e outras ações coletivas”**, *in* “Revista dos Tribunais” [Edições Especiais – Doutrinas Essenciais – Direito Constitucional – Organizador: Clèmerson Merlin Clève], Vol. X, Tomo II, Processo Constitucional, set./2015, p. 1817/1843;
- **“Algumas observações sobre a ação civil pública e outras ações coletivas”**, *in* “Revista dos Tribunais”, vol. 788, junho/2001, p. 57/75;
- **“Algumas observações sobre os efeitos materiais e processuais da exceção de contrato não cumprido”**, *in* “Boletim da OAB”, EAOAB, Belo Horizonte, v. 1, nº 2, abril 1994, p. 65-77;
- **“Algumas polêmicas surgidas após a divulgação do projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro”**, *in* “Revista Jurídica, Ed. NOTADEZ, nº 395, set./2010, p. 11/41;
- **“Algumas questões polêmicas em torno da aplicação prática do novo Código de Processo Civil”**, *in* “Revista Brasileira de Processo Civil”, v. I, p. 77-89;
- **“Algumas questões polêmicas enfrentadas pela Reforma da Lei do Inquilinato operada pela Lei nº 12.112, de 09.12.2009”**, *in* “Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor”, ano VII, nº 38, Ed. Magister, abr.-mai./2011, p. 5/25;

- **“Algumas questões polêmicas enfrentadas pela Reforma da Lei do Inquilinato operada pela Lei nº 12.112, de 09.12.2009”**, in “Revista Trimestral de Direito Civil”, nº 46, abr./jun.-2011, Ed. Padma, Rio de Janeiro, pág. 79/101;
- **“Alguns aspectos processuais da Nova Lei de Falências”**, in “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, nº 39, jan.fev./2006, p. 33/49;
- **“Alguns aspectos processuais da Nova Lei de Falências”**, in “Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor”, nº 8, Magister Editora, abr.-maio/2006, p. 86/103/;
- **“Alguns aspectos processuais da Nova Lei de Falências”**, in “Revista Forense”, vol. 385, pág. 101/112;
- **“Alguns impactos da nova ordem constitucional sobre o direito civil”**, in “Revista dos Tribunais”, v. 662, p. 7, dezembro 1990; “Revista da AMAGIS”, v. 20, p. 441, julho 1991; “Direito de Família e do Menor”, coordenada por Sálvio de Figueiredo Teixeira, Belo Horizonte, Del Rey Ed., 1993;
- **“Alguns problemas em torno da avaliação dos bens penhorados”**, in “Revista Jurídica LEX”, São Paulo, nº 53, set.-out./2011, p. 11/17;
- **“Alguns problemas em torno da avaliação dos bens penhorados”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 45, out.-nov./2011, p. 35/41;
- **“Alguns problemas pendentes de solução após a reforma da execução dos títulos extrajudiciais (Lei 11.382/2006)”**, in “Revista de Processo”, Ed. Revista dos Tribunais, nº 156, ano 33, fev./2008, p. 11/35;

- **“Alguns problemas pendentes de solução após a reforma da execução dos títulos extrajudiciais (Lei 11.382/2006)”**, in “Revista dos Tribunais – Edições Especiais / 100 anos”, vol. VII, “Doutrinas Essenciais – Direito Tributário / Direito Processual Administrativo e Judicial”, 2011, p. 349/377;
- **“Alterações do CPC (Lei 9.756/98)”**, - DOUTRINA - Código de Processo Civil: Alterações introduzidas pela Lei nº 9.756 de 17.12.98, in “Revista Jurídica”, nº 256, ano 46, fev./99, p. 134/145;
- **“Alterações recentes do Código de Processo Civil em matéria de competência e de alguns atos do processo de conhecimento”**, in “Revista do IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo (Em destaque: Reforma Processual Civil)”, Ed. RT, ano 9, nº 19, jan.-jun./2007, p. 180/198;
- **“Análise comparativa do acerto judicial no direito italiano e no direito brasileiro”**, (Revista dos Tribunais *on line*), in Revista de Processo, vol. 336/2023, p. 47-82, Fev./2023;
- **“Antecipação de tutela e medidas cautelares - Tutela de emergência,”** in “Revista Jurídica”, nº 253, nov./98, p.25/45;
- **“Antecipação de tutela em ações declaratórias e constitutivas,”** in “Revista LTr - Legislação do Trabalho -”, LTr Editora, São Paulo, ano 62, out./98, p. 1313/1319; in GENESIS - “Revista de Direito Processual Civil”, ano III, vol. 10, pág. 710/719, out./dez-98;
- **“Antecipação de tutela em ações declaratórias e constitutivas,”** in “Revista Jurídica”, São Paulo, ano 46, nº 256, pág. 5/15, fev./99;

- **“Antecipação de tutela em ações declaratórias e constitutivas,”** in “Revista dos Tribunais”, ano 88, vol. 763, maio/99, p.11/21;
- **“Antecipação de tutela em ações declaratórias e constitutivas,”** in “Revista de Processo”, São Paulo, Ed. RT, ano 24, nº 94, abril/junho-99, p. 24/66;
- **“A preclusão no processo civil”**, in Revista Jurídica, nº 273, julho/2000, p. 5/23;
- **“A preclusão no processo civil”**, in “Temas Atuais de Direito Processual Civil (50 Anos - Faculdade Mineira de Direito PUC Minas - 1950/2000)”, ed. Del Rey, Belo Horizonte, 2.001, p. 119/149;
- ◆ **“Arbitragem e terceiros – Litisconsórcio fora do pacto arbitral – Outras intervenções de terceiros”**, in “Revista do 1º Seminário Internacional sobre Direito Arbitral”, Realizado de 27 a 29/05/2002, com iniciativa da Câmara de Arbitragem de Minas Gerais e do Instituto do Advogado de Minas Gerais, maio/2002, p. 207/245;
- ◆ **“Arbitragem e terceiros - Litisconsórcio fora do pacto arbitral - Outras intervenções de terceiros,** in “Revista Forense”, Estudo em homenagem ao Prof. Cláudio Vianna de Lima, vol. 362, jul./ago.2002, p. 41/61;
- **“As ações locatícias e o direito intertemporal”**, in “Revista de Julgados do TAMG”, v. 26/27, 1986; “Ciência Jurídica”, v. 2, p. 95-112, 1987;
- **“As Alterações do CPC introduzidas pela Lei nº 9.756 de 17.12.98”** - (DOCTRINA), in “Jurisprudência Mineira”, vol. 145, ano 49, jul./set.-98, p. 1/17;

- **“As Alterações do CPC introduzidas pela Lei nº 9.756 de 17.12.98”**, in “Revista da ESMAPE - Escola de Magistratura do Estado de Pernambuco” -, vol. 4, n. 9, jan.-junho/99, p. 177/202;
- **“As Alterações do CPC introduzidas pela Lei nº 9.756 de 17.12.98”**, in “Revista Jurídica UNIJUS”, ano II, nº 1, Universidade de Uberaba, out.99, p. 75/87;
- **“As Alterações do CPC introduzidas pela Lei nº 9.756 de 17.12.98”**, in “STJ 10 Anos - Obra Comemorativa 1989/1999, Brasília, pág. 61/81;
- **“As garantias constitucionais do processo civil”**, in “Jurisprudência Brasileira”, v. 159, p. 37-54, set/out. 1990; “Arquivos dos Tribunais de Alçada”, ATA, Rio de Janeiro, v. 1, p. 28-42, jan/jun. 1989;
- **“As garantias reais e a execução concursal do devedor insolvente”**, in “Revista Forense”, v. 290, p. 1-8;
- **“As liminares e a tutela de urgência”**, in “Doutrina”, vol. 12, 2ª ed., ID-Instituto de Direito, coordenação James Tubenchlak, 2.001, p. 221/249;
- **“As liminares e a tutela de urgência”**, in “EMERJ - Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro”, vol. 5, nº 17, 2.002, p. 24/52;
- ◆ **“As liminares e a tutela de urgência”**, in **“As liminares e a tutela de urgência”**, in “Revista Jurídica Consulex”, ano VI, nº 139, out./2002, p. 46/55;
- ◆ **“As liminares e a tutela de urgência”**, in “Inovações sobre o direito processual civil: Tutelas de Urgência”, Ed. Forense, 1ª ed., 2.003, coord. Arruda Alvim e Eduardo Arruda Alvim, p. 239/267;

- ◆ **“Coisa julgada: o novo modelo adotado pelo Código de Processo Civil de 2015”**, in “Estudos em homenagem à Professora Thereza Alvim (Controvérsias do Direito Processual Civil: 5 anos do CPC/2015), RT, São Paulo, 2020, p. 387/397;
- **“As nulidades no Código de Processo Civil”** - in “Paraná Judiciário”, v. 9, p. 33-53; “Revista de Processo Civil”, v. 30, p. 38-60, “Jurisprudência Brasileira”, v. 89, p. 13-37;
- **“As nulidades no Código de Processo Civil”**, in “GENESIS - Revista de Direito Processual Civil”, Curitiba, vol. 5, ano II, maio/agosto 97, p. 364/388;
- **“As nulidades no Código de Processo Civil”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Direito Processual Civil”, Ed. Síntese, ano 1, Set-Out/99, p. 136/161;
- **“As principais inovações do projeto de Código de Processo Civil já aprovado no Senado Federal, no âmbito do sistema de recursos (primeiro e segundo graus de jurisdição)”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº43, jul.-ago./2011, p. 5/24;
- **“As principais inovações do projeto de Código de Processo Civil já aprovado no Senado Federal, no âmbito do sistema de recursos (primeiro e segundo graus de jurisdição)”**, in “Revista Jurídica LEX”, São Paulo: Lex Editora, v. 52, jul.-ago./2011, p. 11/28;
- **“As principais inovações do projeto de Código de Processo Civil já aprovado no Senado Federal, no âmbito do sistema de recursos (primeiro e segundo graus de jurisdição)”**, in “Advocacia nos Tribunais – Homenagem

- **“As sentenças determinativas e a classificação das ações** (Estudo em homenagem a PONTES DE MIRANDA nos 30 anos do seu falecimento)”, *in* “Teoria Quinária da Ação”, Ed. JusPODIVM, Salvador, 2010, p. 315/330;
- **“As tutelas de urgência no velho e no CPC/2015”**, *in* “Código de Processo Civil Anotado e Comentado”, Ed. Ridell, 1ª ed., São Paulo, 2020, p. 889/900;
- **“As tutelas de urgência no velho e no novo CPC”**, *in* “Novo Código de Processo Civil – Principais alterações do sistema processual civil” – [Coordenação: Luís Antônio Giampaulo Sarro] – , São Paulo, Editora RIDEEL, 2.014, pág. 225/226;
- **“As tutelas de urgência no velho e no novo CPC”**, *in* “Novo Código de Processo Civil – Principais alterações do sistema processual civil” – [Coordenação: Luís Antônio Giampaulo Sarro] – , São Paulo, Editora RIDEEL, 2.016, 2ª edição, ampliada e atualizada pela Lei nº 13.256/2016, pág. 243/254;
- **“As vias de execução do Código de Processo Civil brasileiro reformado”**, *in* “Aspectos Polêmicos da Nova Execução de Títulos Judiciais – Lei 11.232/2005”, vol. 3, Ed. RT, São Paulo, 2006, (coord. Teresa Arruda Alvim Wambier, pág. 284/329;
- **“As vias de execução do Código de Processo Civil brasileiro reformado”**, *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 12. mai.-jun./2006, p. 56/91;
- **“As vias de execução do Código de Processo Civil brasileiro reformado”**, *in* “Revista IOB de Direito Civil e Processo Civil”, vol. 43, set.out./2006, p. 31/65;
- **“As vias de execução no processo civil brasileiro – O cumprimento das sentenças e a execução dos títulos**

- extrajudiciais**”, in “Processo Civil – Novas Tendências” – *Em homenagem ao Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira*, Coordenadores: Fernando Gonzaga Jaime, Juliana Cordeiro de Faria e Maira Terra Lauar, Editora Del Rey, Belo Horizonte, 2011, p. 315/340;
- **“As vias de execução no processo civil brasileiro – O cumprimento das sentenças e a execução dos títulos extrajudiciais**”, in “Revista de Processo”, nº 201, Ed. RT, novembro/2011, p. 13/44;
  - **“Aspectos processuais da ação de petição de herança**”, in “ADV - Seleções Jurídicas”, agosto/1985, p.14-27;
  - **“Aspectos processuais da ação de responsabilidade por erro médico**”, in “GENESIS - Revista de Direito Processual Civil”, Curitiba, vol. 11, ano IV, janeiro/março 99, p. 84/92;
  - **“Aspectos processuais da ação de responsabilidade por erro médico**”, in “Revista de Processo”, nº 95, ano 24, julho/setembro 99, p.13/21;
  - **“Aspectos processuais da ação de responsabilidade por erro médico**”, in “Revista Forense”, vol. 349, jan.fev.mar./2000, p. 69/76;
  - **“Aspectos processuais do precatório na execução contra a Fazenda Pública**”, in “Revista Dialética de Direito Processual”, vol. 22, jan. 2005, p. 73/90;
  - **“Aspectos relevantes da prova no processo civil**”, in “Revista Jurídica”, v. 195, Janeiro 1994, p. 5-27, e “Revista de Julgados do TAMG”, v. 51, abr./jun. 1993, p. 15-38 e, “Livros Estudos Jurídicos”, v. 8 p. 272-299;

- **“Assistência – Finalidade e modalidades”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 54, maio.-jun/2013, p. 37/46;
- **“Assistência – Finalidade e modalidades”**, in “Revista Jurídica LEX”, Lex Editora, São Paulo: vol. 62, mar.-abr./2.013, p. 11/20;
- **“Astreintes: Alguns problemas de aplicação e execução”**, in “Processo Civil” – Homenagem ao José Ignácio Botelho de Mesquita, Ed. Quartier Latin, São Paulo: 2013, p. 275/290;
- **“Atribuição de efeito suspensivo a recurso. Medida de natureza cautelar. Direito subjetivo da parte e não-faculdade do relator,”** in TCMG - Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ano XVI, nº 2, vol. 27, abr./jun.1998, p. 91/105;
- **“Atribuição de efeito suspensivo a recurso. Medida de natureza cautelar. Direito subjetivo da parte e não faculdade do relator,”** in “Doutrina”, Coordenação de James Tubenchlak, 1ª ed., ID-Instituto de Direito, 1998, p. 81/90;
- **“Autonomia negocial e solução de conflitos: as cláusulas escalonadas de mediação obrigatória no âmbito da arbitragem e da jurisdição estatal”**, in “A Evolução do Direito no Século XXI – Seus princípios e valores (ESG, Liberdade, Regulação, Igualdade e Segurança Jurídica) – Homenagem ao Professor Arnoldo Wald” – Arbitragem e Mediação – Vol. I, Editora IASP, São Paulo, 2022, pág. 591/634;
- **“Boa-fé e processo - Princípios éticos na repressão à litigância de má-fé - Papel do juiz”**, in “Processo Civil - aspectos relevantes” (Estudos em homenagem ao Prof. Ovídio A. Baptista da Silva), Ed. Método, São Paulo, p. 103/120;

- **"Boa-fé e processo - Princípios éticos na repressão à litigância de má-fé - Papel do juiz"**, in "Estudos de Direito Processual Civil" (Homenagem ao Prof. Egas Dirceu Moniz de Aragão), coord. Luiz Guilherme Marinoni, Ed. RT, 2006, pág. 636/647;
- **"Boa-fé e processo - Princípios éticos na repressão à litigância de má-fé - Papel do juiz"**, in "Revista Autônoma de Processo", Ed. Juruá, Curitiba, nº 1, out./dez./2006, p. 323/343;
- **"Boa-fé e processo – Princípios éticos na repressão à litigância de má-fé – Papel do juiz"**, in "Revista Jurídica", Ed. Notadez, nº 368, jun./2008, p. 11/28;
- **"Boa-fé e processo – Princípios éticos na repressão à litigância de má-fé – Papel do juiz"**, in "Juris Plenum", nº 27, ano V, Ed. Plenum, maio/2009, p. 33/48;
- **"Breves considerações sobre a politização do judiciário e sobre o panorama de aplicação do direito brasileiro – Análise da convergência entre o *civil law* e o *common Law* e dos problemas da padronização decisória"**, in "Revista de Processo", nº 189, nov./2010, pág. 09/52;
- **"Breves considerações sobre a politização do judiciário e sobre o panorama de aplicação do direito brasileiro – Análise da convergência entre o *civil law* e o *common Law* e dos problemas da padronização decisória"**, in "Revista dos Tribunais – 100 anos" – Doutrinas Essenciais – Direito Constitucional, vol. IV, 2011, p. 731/771;
- **"Celeridade e efetividade na prestação jurisdicional - Insuficiência da Reforma das Leis Processuais"**, in "Jornal

Carta Forense - Informação jurídica de qualidade", ano II, nº 17, set./2004, pág. 3;

- **"Celeridade e efetividade na prestação jurisdicional - Insuficiência da Reforma das Leis Processuais", in "Trinolex.com", ano 1, nº 2, jan. e fev. 2005, p. 30/34;**
- **"Celeridade e efetividade na prestação jurisdicional - Insuficiência da Reforma das Leis Processuais", in "Revista Nacional de Direito e Jurisprudência", nº 67, ano 6, jul.2005, p. 11/22;**
- **"Celeridade e efetividade na prestação jurisdicional - Insuficiência da Reforma das Leis Processuais", in "Revista de Processo", nº 125, julho/2005, p. 61/78;**
- **"Celeridade e efetividade na prestação jurisdicional - Insuficiência da Reforma das Leis Processuais", in "Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil", nº 36, jul.-ago/2005, p. 19/37;**
- **"Celeridade e efetividade na prestação jurisdicional - Insuficiência da Reforma das Leis Processuais", in "Revista da Academia Mineira de Letras Jurídicas", Del Rey Editora, vol. 1, 2.007, p. 159/188;**
- **"Código de defesa do consumidor - Revisão e ruptura do contrato por iniciativa do consumidor inadimplente - Incompatibilidade com os princípios gerais do direito contratual e garantias fundamentais da ordem econômica", in "Doutrina", Coordenação de James Tubenclak, 2ª ed., ID-Instituto de Direito, vol. 10, 2.000, p. 233/268;**
- **"Coisa julgada – Ação declaratória negativa de exigibilidade do débito julgada improcedente – Ajuizamento em seguida de**

**ação de cobrança”, in “Revista Forense”, vol. 366, mar./abr.2.003, p. 161/181;**

- **“Coisa julgada – Juros moratórios – Execução de sentença – Alteração superveniente da taxa legal dos juros moratórios – Regime revisional próprio das sentenças determinativas (CPC, art. 471, I)”, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 32, set.out./2009, p. 7/14;**
- **“Coisa julgada - Mandado de segurança - Relação jurídica continuativa - Contribuição social - Súmula 239 do STF” (PARECER), in “Coisa Julgada Tributária, MP Editora, São Paulo, 2.005, p. 165/188;**
- **“Coisa julgada em matéria tributária lastreada em reconhecimento de inconstitucionalidade de lei – Posterior declaração positiva de constitucionalidade da mesma lei pelo STF – Efeitos”, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, nº 80, nov.-dez./2012, p. 99/123;**
- **“Coisa julgada: Pluralidade e unicidade (Súmula nº 401 do STJ)”, in “Revista Lex do Direito Brasileiro”, nº 43, São Paulo, jan.-fev./2010, p. 09/23;**
- **“Coisa julgada: Pluralidade e unicidade (Súmula nº 401 do STJ)”, in “Revista Magister”, nº 35 (Mar.-abr./2010);**
- **“Coisa julgada: Pluralidade e unicidade (Súmula nº 401 do STJ)”, in “Revista Juris Plenum”, vol. 40, jul./2011, p. 15/32;**
- **“Coisa julgada e segurança jurídica: alguns temas atuais de relevante importância no âmbito das obrigações tributárias”, in “Revista Jurídica”, nº 389, Ed. Notadez, mar./2010, p. 11/51;**
- **“Coisa julgada e segurança jurídica: alguns temas atuais de relevante importância no âmbito das obrigações tributárias”,**

*in* “Tempestividade e Efetividade Processual: Novos rumos do Processo Civil Brasileiro (estudos em homenagem à Prof<sup>a</sup> Elaine Harzheim Macedo)”, Ed. Plenum, 2010, p. 303/335;

- **“Coisa julgada e segurança jurídica: alguns temas atuais de relevante importância no âmbito das obrigações tributárias”**, *in* “LEX – Revista Lex do Direito Brasileiro”, nº 44, mar.-abr./2010, p. 102/134;
- **“Coisa julgada e segurança jurídica: alguns temas atuais de relevante importância no âmbito das obrigações tributárias”**, *in* “Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas”, Ed. Magister, ano IV, nº 20, mai./jun.2010, p. 5/40;
- **“Coisa julgada - sentença condenatória - fixação da data de início da correção monetária - erro material - argüição em embargos à execução,” (PARECER) - *in* “Revista Jurídica”, nº 254, dez./98, p. 42/55;**
- **“Coisa julgada, ação declaratória seguida de condenatória”**, *in* “Revista de Processo”, vol. 81, março/96, pág. 158/171;
- **“Coisa julgada, ação declaratória seguida de ação condenatória”**, *in* “Revista Forense”, vol. 336, out.-nov.-dez./96, pág. 85/99;
- **“Coisa julgada – Execução de sentença – Alteração superveniente da taxa legal dos juros moratórios – Acórdão que defere o pedido de adequação do regime de juros legais à nova legislação – Recurso Especial – Inadmissibilidade – Entendimento consolidado do STJ – Parecer”**, *in* “Revista Síntese – Direito Civil e Processual Civil”, nº 67, set.-out./2010, p. 209/227;

- **“Coisa julgada: limites objetivos e eficácia preclusiva (CPC atual e Código projetado)”** – ENSAIO ELABORADO EM HOMENAGEM À PROF<sup>a</sup> THEREZA CELINA DINIZ DE ARRUDA ALVIM – *in* “O direito de estar em juízo e a coisa julgada”, Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 761/771;
- **“Coisa julgada: Pluralidade e unicidade (Súmula nº 401 do STJ)”**, *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 35, mar./abril-2010, p. 75/92;
- **“Coisa julgada: o novo modelo adotado pelo Código de Processo Civil de 2015”**, *in* “Estudos em homenagem à Professora Thereza Alvim (Controvérsias do Direito Processual Civil: 5 anos do CPC/2015), RT, São Paulo, 2020, p. 387/397;
- **“Coisa Julgada. Sentença condenatória. Fixação da data de início da correção monetária erro material. Arguição em embargos à execução”**, (PARECER) - *in* “Revista de Processo” nº 92 out./dez. -1998, p.151/163;
- **“Competência no processo civil: classificação, modificação e declaração de incompetência”**, *in* “Livro de Estudo Jurídico” - coordenação James Tubenclak e Ricardo Bustamante, v. 7. I.E.J. Rio, 1993, p. 339-360;
- **“Competência funcional e legitimidade subsidiária do Ministério Público para a ação punitiva da Lei Anticorrupção (art. 20 da Lei 12.846/2013)”**, THEODORO JÚNIOR, Humberto; MELLO de, Adriana Mandim Theodoro, *in* “Temas Atuais de Direito Processual” – *Estudos em homenagem ao Professor Eduardo Arruda Alvim* –, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2022, p. 265-288;

- **“Comprimento della sentenza nel CPC brasiliano, specialmente nei casi di obbligazioni di somma di danaro”**, in “Revista de Processo”, Ed. Revista dos Tribunais, ano 41, nº 253, mar.-2016, p. 237/254;
- **“Comprimento della sentenza nel CPC brasiliano, specialmente nei casi di obbligazioni di somma di danaro”**, in “Publicações da Escola da AGU” [Sistemi processuali a confronto: Il nuovo Codice di Procedura Civile del Brasile tra tradizionee rinnovamento], Ed. Forum, Brasília, vol. 8, nº 1, jan.-mar./2016, p. 151/169;
- **“Comprimento della sentenza nel CPC brasiliano, specialmente nei casi di obbligazioni di somma di danaro”**, in “Revista dos Tribunais (Edições Especiais) – Doutrinas Essenciais / NOVO PROCESSO CIVIL [Sentença e coisa julgada – Sentença – Coisa julgada – Cumprimento de sentença] –”, Ed. RT, São Paulo, Vol. V, 2ª ed., 2018, p. 1177/1194;
- **“Common Law e civil Law – Aproximação – Papel de jurisprudência e precedentes vinculantes no novo Código de Processo Civil – Demandas repetitivas”**, in “Revista Jurídica Lex”, Lex Editora, São Paulo, vol. 78, nov.-dez./2015, p. 11/22;
- **“Common Law e Civil Law – Aproximação – Papel da jurisprudência e precedentes vinculantes no novo Código de Processo Civil – Demandas repetitivas”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, vol. 71, mar.-abr./2016, p. 5/18;
- **“Common Law e Civil Law – Aproximação – Papel da jurisprudência e precedentes vinculantes no novo Código de Processo Civil – Demandas repetitivas”**, in “Processo em

jornadas – XI Jornadas Brasileira de Direito Processual – XXV Jornadas Ibero-Americanas de Direito Processual” (Conforme Novo CPC), Ed. JusPODIVM, Salvador, 2016, p.454/465;

- **“Common Law e civil Law – Aproximação – Papel de jurisprudência e precedentes vinculantes no novo Código de Processo Civil – Demandas repetitivas”**, in “O novo direito processual civil Brasileiro” - [Estudos em homenagem ao Prof. José de Albuquerque Rocha] -, Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2017, p. 281/295;
- **“Concessão comercial de revenda de veículos automotores – Resolução por culpa da concessionária – Questões processuais em torno de apelação e coisa julgada”**, in “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 44, nov./2006, p.121/140;
- **“Condições da ação”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. 13, p. 27-40; “Revista Forense”, v. 259, p. 39-44;
- **“Conflito de competência – Pessoa jurídica sediada no exterior – Competência do juízo do foro do local do ato ou fato”**, in RBDPro (Revista Brasileira de Direito Processual), Ed. Forum, Belo Horizonte, ano 27, nº 108, out./dez.2019, p.385/419;
- **“Constituição e processo: desafios constitucionais da reforma do processo civil no Brasil”**, in “A Constituição das Instituições – Justiça, Defesa do Estado e das Instituições Democráticas” (*Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois*), vol. III, Brasília, Senado Federal - Edição: Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, p. 484/519;
- **“Constituição e processo: desafios constitucionais da reforma do processo civil no Brasil”**, in “A Constituição do Processo ao Constitucionalismo Democrático Brasileiro”, Instituto

de Hermenêutica Jurídica, Ed. Del Rey, Belo Horizonte, 2.009, pág. 233/263;

- **“Constituição e processo: desafios constitucionais da reforma do processo civil no Brasil”**, *in* “Processo e Constituição – Os dilemas do processo constitucional e dos princípios processuais constitucionais”, GZ Editora, Rio de Janeiro, 2010, pág.33/61;
- **“Contrato de abertura de crédito”**, *in* “Revista Jurídica”, vol. 236, junho/97, pág. 132/150;
- **“Contrato de agência e contrato de concessão comercial na disciplina do novo Código Civil”**, *in* “Doutrina - ID - Instituto de Direito”, Rio de Janeiro, vol. 15, 2.004, p. 61/85
- **“Contrato (típico) de agência e distribuição (representação comercial) - Regime no novo Código Civil em cotejo com a situação jurídica do contrato (atípico) de concessão comercial - Indenizações cabíveis na extinção da relação contratual”**, *in* “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, nº 28, mar.abr./2.004, p. 119/160;
- **“Contrato de comissão no Novo Código Civil”**, *in* “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 25, set.out./2.003, p. 106/123;
- **“Contrato de concessão comercial de bebidas. Responsabilidade civil do fabricante por ato ilícito praticado por preposto da concessionária. Acidente de trânsito”**, *in* RT, vol. 892, fev./2010, p. 09/36;
- **“Contrato de concessão comercial de bebidas. Responsabilidade civil do fabricante por ato ilícito praticado por preposto da concessionária. Acidente de trânsito”**, *in*

“Revista dos Tribunais (Edições Especiais/100 Anos – Doutrinas Essenciais / Direito de Obrigações e Direito Negocial)”, vol. II, 2010, p. 761/789;

- **“Contrato de prestação de serviços a preço fixo – Ação de prestação de contas – Inadequação da via eleita”**, in “Revista de processo”, ano 44, nº 298, dez./2019, pág. 239/253;
- **“Contrato de prestação de serviços a preço fixo – Ação de prestação de contas – Inadequação da via eleita”**, in “Doutrinas Essenciais – Direito Imobiliário – Condomínio / Incorporação Imobiliária”, vol. II, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2023, p. 211/227;
- **“Contrato de seguro – Ação do segurado contra o segurador – Prescrição”**, in RT nº 924 [100 Anos], Ano 101, Ed. Revista dos Tribunais, out./2012, p. 79/107;
- **“Contrato de seguro – Ação do segurado contra o segurador – Prescrição”** in “Estudo de Direito Privado e Processual Civil” [em homenagem a CLÓVIS DO COUTO E SILVA – coord. *Judith Martins-Costa e Véra Jacob de Fradera*], Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 151/175;
- **“Contrato de seguro – Natureza – Interpretação segundo o princípio da boa-fé e da função social”**, in “Processo Civil e Seguro”, São Paulo, Ed. Quartier Latin do Brasil, 2021, p. 357/377;
- **“Contrato de seguro: Sujeição, interpretação e execução sob as diretrizes da boa-fé e da função social”**, in Direito do Seguro (II Congresso Internacional de Direito do Seguro e VIII Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho – CJF/STJ/IBDS), São Paulo, Ed. Roncarati, 2022, p. 45/66;

- **“Contrato – Interpretação – Princípios da boa-fé – Teoria do Ato próprio ou da vedação do comportamento contraditório”**, *in* Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, nº 54, jul.-ago./2008, p. 33/54;
- **“Contrato – Interpretação – Princípios da boa-fé – Teoria do Ato próprio ou da vedação do comportamento contraditório”**, *in* Revista Magister de Direito Empresarial, concorrencial e do consumidor”, Ed. Magister, nº 22, ago.-set./2.008, p. 7/27;
- **“Contrato – Interpretação – Princípios da boa-fé – Teoria do Ato próprio ou da vedação do comportamento contraditório”**, *in* “Revista de Direito Privado”, Ed. RT, nº 38, abr.-jun./2009, pág. 147/175;
- **“Contratos de agência e distribuição no Novo Código Civil”**, *in* “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 24, jul.-ago./2003, p., 110/126;
- **“Contratos - Princípios gerais”**, *in* “Livro de Estudos Jurídicos”, nº 4, Rio de Janeiro, I.E.J. 1992, p. 1-35;
- **“Contratos - Princípios Gerais - Tendências do Direito Contratual Contemporâneo - Abrandamento dos Princípios Tradicionais - Intervenção Estatal Crescente - Impacto do Código de Defesa do Consumidor”**, *in* “Revista dos Tribunais”, ano 88, vol. 765, julho/99, p. 11/33;
- **“Contratos – Princípios Gerais - Tendências do Direito Contratual Contemporâneo - Abrandamento dos Princípios Tradicionais - Intervenção Estatal Crescente - Impacto do Código de Defesa do Consumidor”**, *in* “Revista dos Tribunais – 100 Anos” – Doutrinas Essenciais – Direito do Consumidor, Editora RT, vol. I, 2011, p. 205/235;

- **“Contratos de consórcio. Garantias e exeqüibilidade”**, in “RT”, v. 641, p. 7-17, 1989; “Revista Forense”, v. 306, p. 87-95, abril/maio/junho 1989 e “Doutrina em Consórcio”, t. 1, v. 1, São Paulo, Hermes Ed., 1990, p. 17-41;
- ◆ **“Contratos de seguro e resseguro - Legitimidade de partes - Conflito de ações de cobrança e de consignação em pagamento”**, in “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 13, abr.2.004, p. 18/28;
- **“Contratos”**, in “Doutrina” (Coordenação JAMES TUBENCHLAK), 1ª ed., 1997, p. 231/268;
- **“Correção monetária contratual. Supressão de Índice. Pretensão de modificação de cláusula”**, in “Revista Jurídica”, v. 153, p. 136-152, julho 1990; “Revista Jurídica Mineira”, v. 76, p. 285, agosto 1990;
- **“Crédito hipotecário – Dação em pagamento – Fraude de execução – Conseqüências”**, in “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 53, ago./2007, p. 74/85;
- **“Crédito rural – Onerosidade excessiva – Crise econômica superveniente – Revisão de contrato de fornecimento de insumos agrícolas – Possibilidade”** (PARECER), in “Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor”, Ed. Magister, Porto Alegre, nº 19, ano IV, fev.-mar./2008, p. 35/73;
- **“Cumprimento de sentença – Ação de repetição de pagamento indevido – Exceção de prescrição (NCPC, art. 525, § 1º, VII)”**, in “Novo CPC aplicado visto por processualistas”, Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: 2017, p. 117/130;
- **“Cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa: A maior inovação trazida pela Lei nº 11.232/2005”**, in

“Revista Jurídica TRINOLEX.COM”, Franca/SP, ano 1, nº 6, março/2007, p. 25/27;

- **“Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares”**, in “Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil” [Coord.: Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier Júnior, Eduardo Talamini e Bruno Dantas], Revista dos Tribunais, 2015, pág. 1463/1494;
- **“Da inexistência de coisa julgada ou preclusão *pro iudicato* no processo de execução”**, in “Revista da Faculdade de Direito Milton Campos”, v. 1, 1994, p. 95-108;
- **“Da ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência”**, in “RDB - Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais”, ano 14, nº 53, jul.-set./2011, pág.227/261;
- **“Da litigância de má-fé”**, in “Revista Literária de Direito”, nº 58, jun./jul.2005, p. 23
- **“Da redução da área de cabimento dos embargos infringentes e da ampliação do efeito devolutivo da apelação”**, in “Revista do Curso de Direito - Universidade Federal de Uberlândia”, vol. 32, nº 1/2, dez./2.003, p. 59/82;
- **“Da redução da área de cabimento dos embargos infringentes e da ampliação do efeito devolutivo da apelação”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 31, set.-out./2004, p. 5/22;
- **“Decisão interlocutória - Efeitos da Preclusão”**, in “Carta Jurídica - Revista de Informação e Debates”, Coordenação Geral de Eduardo Vieira Busch, Publicação Oficial do IBRAJUR - Instituto Brasileiro de Pesquisas Jurídicas, Jurídica Brasileira, 1ª edição, nº 1, março/99, pág. 183/189;

- **"Decisão interlocutória: o problema da recorribilidade das interlocutórias no processo civil brasileiro"**, in "Revista Síntese de Direito Civil, e Processual Civil", nº 27, jan.fev./2.004, p. 20/29;
- **"Demandas repetitivas – Direito jurisprudencial – Tutela plurindividual, segundo o novo Código de Processo Civil: incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência"**, in "Revista do TRF 1ª Região, vol. 28, nº 9/10, set.-out./2016, p. 65/77;
- **"Depósito e administração dos bens penhorados"**, in "Revista Brasileira de Direito Processual", v. III, p. 71-94; "Enciclopédia Saraiva de Direito", v. 23, p. 404-421;
- **"Desjudicialização da execução: Autotutela executiva – Pacto comissório e pacto marciano"**, in "Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil", nº 104, Editora Magister, Porto Alegre, set./out.2021, pág. 5/21; (O presente trabalho corresponde a um extrato [com alguns adendos] do ensaio elaborado com a participação do Professor Érico Andrade, sob o título *"Novas perspectivas para a atuação da tutela executiva no direito brasileiro: autotutela executiva e 'desjudicialização' da execução"*, publicada na Revista de Processo, v. 315, p. 109-158, maio/2021;
- **"Deveis aparelhar-vos para não arrostar o dissabor do fracasso"**, in "Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia", v. 6, nº 2, p. 281-290;
- **"Devido processo legal - Algumas repercussões sobre a constituição do título executivo fiscal"**, in "Revista da ABDT - Associação Brasileira de Direito Tributário, Ed. Del Rey, Belo Horizonte, ano III, nº 5/6, jan./ago.-2000, p. 29/40;
- **"Devido processo legal - Algumas repercussões sobre a constituição do título executivo fiscal"**, in "Revista Ibero-Americana de Direito Público", Ed. América Jurídica, Rio, vol. II, 2º semestre/2.000, p. 97/105;

- **“Direito fundamental à duração razoável do processo”** [Estudo em homenagem ao Prof. Ovídio Baptista da Silva], *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 29, mar.-abr./2009, p. 83/98;
- **“Direito Judicial: Uma realidade ampliada e consolidada pelo CPC/2015”**, *in* “Revista de Direito Civil e Processual” (**Obs.: Revista Virtual**), Paixão Editores, Porto Alegre, Ano 5, nº 39, Jan.-Fev./2024, p. 10;
- **“Direito, justiça, segurança e arte”**, *in* Revista EJEF (Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes), Belo Horizonte, ano 1, vol. 1, jul.dez/2022, p. 19/31;
- **“Direito Processual Constitucional”**, *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, nº 25, Ed. Magister, jul.-ago/2008, p. 26/38;
- **“Direito Processual Constitucional”**, *in* “Revista Trabalhista – Direito e Processo”, Ed. LTr, São Paulo, ano 7, nº 27, julho a setembro/2008, p. 35/44;
- **“Direito processual constitucional”**, *in* “Revista Estação Científica (Ed. Especial Direito), Publicação Semestral da Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora”, v. 01, nº 04, out.-nov./2009, p. 29/44;
- **“Direito Processual Constitucional”**, *in* “Repertório de Jurisprudência IOB”, 2ª quinzena de fevereiro, vol. III, nº 04, 2009, p. 157/151;
- **“Direito de propriedade - A defesa da posse pela via judicial e pela força própria do possuidor: uma reflexão jurídica sobre a violência no campo”**, *in* “Revista Jurídica”, vol. 238, agosto/97, pág. 5/12;

- **“Direito financeiro I”** - colaborador na obra coletiva coordenada por Mizabel de Abreu Machado Derzi, Belo Horizonte, Faculdade de Direito da UFMG - movimento editorial, 1990;
- **“O direito intertemporal e o Novo Código de Processo Civil (com particular referência ao processo de conhecimento)”**, *in* Revista Brasileira de Advocacia (RBA), São Paulo: Editora, RT, ano I, vol. 0, jan.-mar./2016, p. 167/187;
- **“Direito processual constitucional”**, *in* “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, nº 55, set./out.2008, p. 66/78;
- **“Distinção científica entre prescrição e decadência - Um tributo à obra de Agnelo Amorim Filho”**, *in* “Revista Juris Plenun - Doutrina, Jurisprudência, Legislação”, ano I, nº 3, maio/2005, p. 27/50;
- **“Distinção científica entre prescrição e decadência - Um tributo à obra de Agnelo Amorim Filho”**, *in* “Revista dos Tribunais”, vol. 836, jun./2005, p. 49/68;
- **“Distinção científica entre prescrição e decadência - Um tributo à obra de Agnelo Amorim Filho”**, *in* “Reflexos do novo Código Civil no direito processual”, Edições Podivm, coord. Fredie Didier Júnior e Rodrigo Mazzei, 2006, p. 177/203;
- **“Do contrato de agência e distribuição no novo Código Civil”**, *in* Revista Forense, vol. 374, jul.ago./2.004, p. 111/126;
- **“Dos defeitos do negócio jurídico no novo Código Civil”**, *in* “Revista da Faculdade de Direito da UFMG”, nº 40, 2.001, p. 91/123;
- **“Dos defeitos do negócio jurídico no novo Código Civil: fraude, estado de perigo e lesão”**, *in* “Revista da EMERJ –

Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, vol. 5, nº 20, Rio de Janeiro, 2.002, p. 51/78;

- **“Dos defeitos do negócio jurídico no novo Código Civil: fraude, estado de perigo e lesão”**, PALESTRA - *in* “Seminários de Estudos sobre o Novo Código Civil – Informativo Especial (Publicação da Escola Judicial “Desembargador Edésio Fernandes” - TJMG), dez./2.002, p. 303/323;
- **“Dos defeitos do negócio jurídico no novo Código Civil: fraude, estado de perigo e lesão”**, *in* “Revista Forense”, nº 364, dez. 2002, p. 163/179;
- **“Dos defeitos do negócio jurídico no novo Código Civil: fraude, estado de perigo e lesão”**, *in* “Revista Forense Comemorativa 100 Anos”, 2.007, p. 931/960;
- **“Do contrato de comissão no novo Código Civil”**, *in* “Revista dos Tribunais”, vol. 814, ago./2003, p. 26/43;
- **“Do contrato de comissão no novo Código Civil”**, *in* “Revista Forense”, vol. 372, p. 119/134;
- **“Do contrato de comissão no novo Código Civil”**, *in* “Revista dos Tribunais (Edições Especiais – 100 Anos) – Doutrinas Essenciais – Obrigações e Contratos”, Ed. RT, vol. VI, 2011, p. 413/437;
- **“Do contrato de agência e distribuição no novo Código Civil”**, *in* “Revista dos Tribunais”, vol. 812, jun.2003, p. 22/40;
- **“Do transporte de pessoas no novo Código Civil”**, *in* “RTDC – Revista Trimestral de Direito Civil”, Ed. Padma, Rio de Janeiro, ano 3, vol. 12, out.dez./2.002, p. 71/91;

- **“Do transporte de pessoas no novo Código Civil”,** in “Revista Nacional de Direito e Jurisprudência”, vol. 37, ano 4, jan./2.003, p. 11/23;
- **“Do transporte de pessoas no novo Código Civil”,** in “Revista dos Tribunais”, vol. 807, jan.2003, p. 13/26;
- **“Do transporte de pessoas no novo Código Civil”,** in “Revista Trabalhista de Direito e Processo”, Ed. Forense, vol. V, jan.fev.mar./2.003, p. 79/98;
- **“Do transporte de pessoas no novo Código Civil”,** in “Revista Forense”, vol. 367, mai.-jun./2.003, p. 91/104;
- **“Do transporte de pessoas no novo Código Civil”,** in "Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - Belém/PA", vol. 36, nº 71, jul.dez./2.003, p. 155/171;
- **“Duplicata sem aceite. Confirmação de recebimento da mercadoria por telex. Título endossado”.** - (PARECER) - in “Revista Jurídica Mineira”, v. 72, p. 265-287, abril 1990;
- **“Elementos do processo”,** in “Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia”, v. 3, nºs 1 e 2, p. 105-117;
- **“Embargos à execução contra a Fazenda Pública - Extensão da matéria argüível - Princípios constitucionais em conflito - Proporcionalidade ou razoabilidade - Coisa julgada e justa indenização - Princípio de justiça e moralidade”** (PARECER), in “Regularização Imobiliária de Áreas Protegidas”, Doutrina e Jurisprudência, vol. II, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, Set.99, p. 120/137;
- **“Embargos de declaração - Remédio hábil para introduzir no julgamento o *ius superveniens* (art. 462 do CPC)”,** in "Estudos

em homenagem à Prof<sup>a</sup> ADA PELLEGRINI GRINOVER", DPJ Editora, São Paulo, 1<sup>a</sup> ed., 2.005, p. 601/618;

- **"Empreitada - Alterações e acréscimos ao projeto - Remuneração complementar - Prescrição e decadência**, *in* "Revista Forense", vol. 378, mar.-abr./2005, p. 217/233;
- **"Empreendimentos implementados na área da SUDENE - Isenção a prazo certo - Tributação da renda - Extensão para abranger a contribuição social sobre o lucro"** (PARECER), *in* "Revista Ibero-Americana de Direito Público, vol. III, Ed. América Jurídica, Rio de Janeiro, ano 2, 1<sup>o</sup> trimestre de 2.001, p. 277/297;
- **"Ensaio sobre decadência, prazo, termo final e extinção de eficácia do negócio jurídico"**, *in* "Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil", nº 57, nov.-dez./2013, Ed. Magister, p. 5/25;
- **"Ensaio sobre decadência, prazo, termo final e extinção de eficácia do negócio jurídico"**, *in* "Lex Revista Jurídica" – (Estudo para obra coletiva em homenagem ao Prof. João Baptista Villela) – , vol. 66, São Paulo: Lex Editora, nov.-dez./2013, p. 19/36;
- **"Ensaio sobre decadência, prazo, termo final e extinção de eficácia do negócio jurídico"**, *in* "Estudos de Direito Privado" [*Liber Amicorum* para João Baptista Villela], Belo Horizonte: Ed. D'Plácido, 2017, p. 155/179;
- **"Execução - Desistência parcial do crédito manifestada antes dos embargos do devedor - Desnecessidade do consentimento do executado"** (PARECER), *in* "Revista de Processo", Ed. Revista dos Tribunais, nº 99, ano 25, jul./set.2000, p. 165/178;

- **“Execução - Inexistência de título executivo - Contrato de honorários advocatícios ilícido (PARECER)”**, in GÊNESIS - Revista de Direito Processual Civil, nº 17, jul.set./2.000, p. 600/604;
- **“Execução Fiscal - Fiança Bancária - Cumprimento - Verba Advocatícia (PARECER)”**, in “Revista de Estudos Tributários”, Ed. Síntese, Porto Alegre, ano II, nº 7, maio/junho-99, p. 45/54;
- **“Execução fiscal - Garantia do juízo - Carta de fiança apresentada quando já requerida e ordenada a penhora - Prazo para embargos - Medida cautelar - Efeito suspensivo a recurso de apelação dele despido - Admissibilidade”** (PARECER), in “Revista Jurídica”, nº 270, abril/2000, p. 55/62;
- **“Execução de hipoteca - Embargos de terceiro manejados por promissário comprador sem inscrição no registro imobiliário - Súmula 84 do STJ - Inaplicabilidade”**, in “Revista de Processo”, nº 106, abr.-jun./2002, p. 255/272;
- **“Execução - Rejeição dos embargos do devedor - Relevância do recurso de apelação - Perigo de dano de difícil reparação - Atribuição de efeito suspensivo ao recurso,”** in “Revista dos Tribunais”, vol. 755, set./98, p. 133/142;
- **“Execução - Rumos atuais do processo civil em face da busca de efetividade na prestação jurisdicional,”** in GÊNESIS - Revista de Direito Processual Civil, Curitiba, nº 8, abril/junho-98, p. 274/290;
- **“Execução - Rumos atuais do processo civil em face da busca de efetividade na prestação jurisdicional,”** in “Revista Jurídica”, nº 251, setembro/98, p. 5/22;

- **“Execução - Título ilíquido - Objeção de pré-executividade”**, in “RT”, vol. 798, 2.002, p. 113/127;
- **“Execução forçada e coisa julgada”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. VIII, p. 57-83; “Revista Forense”, v. 256, p. 45-56; e “Revista Ajuris”, v. 12, p. 09-30;
- **“Execução por quantia certa contra o devedor insolvente”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. II, p. 51-72;
- **“Execução por quantia certa: Regime renovado pelas Leis nºs 11.232/2005 e 11.382/2006”**, in “Revista Jurídica”, Ed. Notadez, nº 369, jul./2008, p.11/42;
- **“Execução por quantia certa: Regime renovado pelas Leis nºs 11.232/2005 e 11.382/2006”**, in “Revista Jurídica”, Ed. Notadez, nº 369, jul./2008, p.11/42;
- **Execução de sentença e os títulos parajudiciais**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Lex Magister, Porto Alegre, nº 83, mar./abr.-2018, p. 5/25;
- **“Execuções das medidas cautelares e antecipatórias”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 8, Nov.-Dez./2.000, p. 5/16;
- **“Execuções das medidas cautelares e antecipatórias”**, in “Processo de Execução”, Ed. RT, vol. 2, 2.001, p.466/481
- **“Exeqüibilidade do cheque emitido em promessa de pagamento e do cheque sem data”**, in “Paraná Judiciário”, v. 9, p. 15-24; “Jurisprudência”, v. 88, p.33-44; “Revista Jurídica Mineira”, v. 1, p. 13-27;
- **“Exibição de documentos ou coisa”**, in “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 52, jul./2007, p. 90/101;

- **“O Futuro do processo civil brasileiro”**, *in* “Revista do TRF da Primeira Região”, v. 30, nº 7/8, jul.-ago./2018, p. 28/39;
- **“Fraude à execução - Alienação de bem pelo devedor quando em curso ação de conhecimento - Boa-fé do terceiro-adquirente - Relevância do elemento subjetivo - Inconfiguração de fraude”** (PARECER), *in* “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, nº 5, mai.-jun./2000, p. 145/159;
- **“Fraude à execução - Penhora de ações e arrendamento da empresa - Inconfiguração de fraude”**, - (PARECER) - *in* “Revista Jurídica”, nº 245, p. 62/72, março/98;
- **“Fraude contra credores e fraude de execução”**, *in* “Revista dos Tribunais”, vol. nº 776, jun./2000, p. 11/33;
- **“Fraude contra credores e fraude de execução”**, *in* “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, vol. 11, mai.-jun./2001, 140/159;
- **“Fraude contra credores - Cessão de direitos hereditários - Ação pauliana - Termo inicial da decadência”**, - (PARECER) - *in* “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 3, Jan.-Fev/2000, p. 84/95;
- **“Função social e boa-fé no domínio do contrato”**, *in* “Justilex”, ano III, nº 34, out.2004, p. 22;
- **“Função social dos contratos** [Estudo preparado em homenagem ao Prof. João Baptista Villela]”, *in* Revista Jurídica Lex, vol. 73, Lex Editora, São Paulo, jan./fev.-2015, p. 11/31;
- **“Fungibilidade entre medida cautelar e medida antecipatória”**, *in* “Direito Processual – Inovações e Perspectivas” (Estudo em homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira), Coord.

Eliana Calmon e Uadi Lammêgo Bulos, Ed. Saraiva, 2.003, p. 265/283;

- **“Homologação de sentença estrangeira. Ofensa à ordem pública”**, *in* “Revista do Advogado”, nº 88, nov./2006, p. 75/87;
- **“Homologação de sentença estrangeira. Ofensa à ordem pública”**, *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister S/A, Porto Alegre, ano III, nº 15, nov./dez-2006, p. 5/21;
- **“Homologação de sentença estrangeira. Ofensa à ordem pública”**, *in* “Revista Juris Plenum”, ano IV, nº 21, Ed. Plenum, maio/2008, pág. 61/76;
- **“Honorários de advogado – sucumbência recíproca – distribuição e compensação dos honorários sucumbenciais”**, (PARECER) – *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 26, set./out.-2008, p.89/110;
- **“Honorários de sucumbência contra a Fazenda Pública e a Súmula nº 345 do STJ: Inexistência de requisito para superação do precedente à luz do art. 85, § 7º, do CPC/2015” (Caderno de Direito Comparado)**, *in* “Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas”, Porto Alegre, Ed. Lex Magister, nº 78, jan./fev.2020, p.32/62;
- **“Ilegalidade da aplicação da lei dos representantes comerciais aos contratos de outra natureza – Analogia e lei de exceção – Violação a literal disposição de lei configurada – Ação rescisória cabível”** (PARECER), *in* “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 74, maio/2009, p. 123/135;
- **“Impacto do novo Código de Processo Civil sobre a legislação reguladora do arrendamento mercantil (Lei nº**

- 6.099/1974 e resolução nº 2.309/1996/Bacen**”, in “Novo Código de Processo Civil – Impactos na legislação extravagante e interdisciplinar 2” –, São Paulo: Ed. Saraiva, 2016, p. 92/101;
- **“Impactos da Constituição Federal na evolução do processo civil”**, in “30 Anos da CF e o Direito Brasileiro”, Ed. Forense, Rio de Janeiro, agosto 2018, pág. 302/355;
  - **“Imprevisão, caso fortuito e força maior em 2inanciamentos governamentais agrários”**, in “Ciência Jurídica”, p. 239-256; “Revista Jurídica Mineira”, v. 37, p. 235-252. 1987;
  - **Incidente de resolução de demandas repetitivas: Natureza e função**, in “Estudos de direito processual em homenagem a Paulo Cezar Pinheiro Carneiro”, Ed. GZ, Rio de Janeiro, 2019, p. 503/526;
  - **“Incorporação – Rescisão de promessa de compra e venda de terreno feita entre o proprietário e o incorporador – Efeitos perante terceiros”**, in “Revista Doutrina – (ID – Instituto de Direito)”, 1ª ed., Rio de Janeiro, vol. 14, p. 162/180, 2.003;
  - **“Incorporação imobiliária - Atualidade do regime jurídico instituído pela Lei nº 4.591/1964”**, in “Revista Forense”, nº 376, p. 81/94, dez./2004;
  - **“Inovações no código de processo civil, em matéria de execução forçada e procedimentos especiais”**, in “Modificações no CPC - Seminário promovido pelo TAMG”, p. 45-68, fev. 1995;
  - **“Inovações da Lei 10.352/2001, em matéria de recursos cíveis e duplo grau de jurisdição”**, in “Aspectos Polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais”,

Coordenadores: Nelson Nery Júnior e Teresa Arruda Alvim Wambier, Editora RT, São Paulo, vol. 6, p. 263/284;

- **“Inovações da Lei 10.352/2001, em matéria de recursos cíveis e duplo grau de jurisdição”**, in “Revista Gênese – Revista de Direito Processual Civil”, Curitiba, nº 35, jul./set.2.002, p. 502/518;
- **“Inovações da Lei 10.352/2001, em matéria de recursos cíveis e duplo grau de jurisdição”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 20, nov.dez./2.002, p. 126/140;
- **“Insolvência civil e comercial”**, in “Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia”;
- **“Insolvência Civil”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. IV, p. 71-90, v. V, p. 41-63; e “Revista Forense”, v. 254, p. 31-47;
- **"Instituição financeira sob regime de administração especial temporária - RAET. Proer. Contrato de compra e venda de ativos e passivos realizado com autorização do BACEN. Vícios de negócio jurídico alegados por acionistas ex-controladores da sociedade anônima em liquidação" - PARECER -**, in "Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais", Ed. RT, nº 25, jul.-set./2.004, p. 162/212;
- **"Instituição financeira sob regime de administração especial temporária - RAET. Proer. Contrato de compra e venda de ativos e passivos realizado com autorização do BACEN. Vícios de negócio jurídico alegados por acionistas ex-controladores da sociedade anônima em liquidação" - PARECER -**, in “Revista dos Tribunais (Edições Especiais/100 Anos)”, Doutrinas Essenciais / Direito Empresarial / Recuperação Empresarial e Falência, vol. VI, dez./2010, p. 1033/1090;

- **“Interpretação e aplicação das normas jurídicas”**, in “Revista de Processo”, nº 150, ago./2007, p. 11/23;
- **“Interpretação e aplicação das normas jurídicas”**, in “Teoria do Processo – Panorama Doutrinário Mundial”, coord. Fredie Didier Jr. e Eduardo Ferreira Jordão, Ed. Podivm, Salvador, 2.008, p. 375/388;
- **“Intervenção de terceiros no processo civil: denúncia da lide e chamamento ao processo”**, in “Juriscível do STF”, v. 268, p. 95-101; “Revista de Processo”, v. 16, p. 49-58;
- **“Inventário e partilha e separação e divórcio por via administrativa – Reforma da Lei nº 11.441, de 04.01.2007”**, in “Revista IOB de Direito de Família”, nº 44, out.-nov./2007, pág. 33/47;
- **“Inventário e partilha e separação e divórcio por via administrativa – Reforma da Lei nº 11.441, de 04.01.2007”**, in “Autêntica – Revista dos Notários e Registradores”, 5ª ed., SERJUS – ANOREG/MG, Belo Horizonte, fev./2.008, p. 123/141;
- **“Inventário e partilha por via administrativa – Reforma da Lei nº 11.441, de 04/01/2007”**, in “Revista do Advogado”, AASP – Associação dos Advogados de São Paulo, nº 91, maio/2007, p. 72/78;
- **“Inventário e partilha por via administrativa – Reforma da Lei nº 11.441, de 04/01/2007”**, in “Revista Juris Plenum”, Ed. Plenum, nº 17, ano III, set./2007, p. 29/40;
- **“Juiz e partes dentro de um processo fundado no princípio da cooperação”**, in “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 102, set./2011, p. 62/74;

- **“O juízo arbitral e a ação de nulidade”**, *in* “Arbitragem – 15 anos da Lei nº 9.307/96”, Ed. Del Rey, 2011, p. 67/90;
- **“Jurisdição e competência”**, *in* “Revista da Faculdade de Direito - UFMG”, nº 38, 2.000, p. 145/182;
- **“Jurisdição e normatização jurídica: A decisão judicial como fonte de direito”**, *in* “50 Anos da Teoria Geral do Processo no Brasil – passado, presente e futuro”, Thoth Editora, Londrina/PR, Capítulo 20, 2024, p. 427/441;
- **“Jurisdição e tutela jurisprudencial”**, *in* “Estudos em Homenagem a Cândido Rangel Dinamarco”, Ed. JusPodivm, São Paulo, 2022, p. 550/566;
- **“Jurisdição voluntária: testamento e curatela dos interditos”**, *in* “Revista Jurídica Mineira”, v. 10, p. 13-35;
- **“Jurisprudência e precedentes vinculantes no Novo Código de Processo Civil – Demandas repetitivas”**, *in* “Revista de Processo”, Ed. RT, ano 41, nº 255, mai.-/2016, p. 269/372;
- **“Justiça Federal - Litisconsórcio facultativo em ação contra a União - Varas regionais - Competência relativa - Falta de exceção de incompetência - Prorrogação” (PARECER)**, *in* “Revista Jurídica”, ano 47, nº 265, nov./99, p. 56/65;
- **“Lesão e Fraude Contra Credores no Projeto do Novo Código Civil Brasileiro”**, *in* “Revista Jurídica”, ano 47, nº 260, junho/99, p. 133/161;
- **“Letra de câmbio sem aceite – Protesto - Responsabilidade civil” (PARECER)**, *in* “Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais”, ano 11, nº 42, São Paulo: Ed. RT, out.-dez./2008, p. 217/240;

- **“Letra de câmbio sem aceite – Protesto - Responsabilidade civil”** (PARECER), *in* “Revista dos Tribunais (Edições Especiais/100 Anos)”, Doutrinas Essenciais / Direito Empresarial / Títulos de Crédito, vol. V, dez./2010, p. 885/911;
- **“Limites objetivos da coisa julgada no Novo Código de Processo Civil”**, *in* “Revista da EMERJ (Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro), edição em homenagem ao Prof. José Carlos Barbosa Moreira (20 anos da Revista da EMERJ), Rio de Janeiro, vol. 20, nº 1, jan./abr.2018, p. 70/95;
- **“Limites objetivos da coisa julgada no Novo Código de Processo Civil”**, *in* “Coisa julgada e outras estabilidades processuais” - [Coleção Grandes Temas do Novo CPC – Coord. Fredie Didier Júnior e Antônio do Passo Cabral]” -, Ed. JusPODIWM, Salvador, nº 12, 2018, p. 165/188;
- **“Liquidação extrajudicial de instituição financeira - ação declaratória cumulada com condenatória - responsabilidade civil dos responsáveis pela quebra fraudulenta do estabelecimento de crédito - ‘corrida’ que provocou a insolvência e liquidação de outro banco”** - (PARECER), “*in*” Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, Ed. RT, ano 2, nº 4, jan-abr./99, p. 232/241;
- **“Liquidação de sentença – Desvio do procedimento legal – Nulidade do julgado por ofensa à condição de procedibilidade – Questão de ordem pública insuscetível de preclusão”** (PARECER), *in* “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 73, abr./2009, p. 141/154;

- **“Litigância de interesse público e execução participada de políticas públicas”**, in “Revista de Processo” nº 224, Ed. RT, out./2013, p. 121/153;
- **“Litigiosidade em massa e repercussão geral no recurso extraordinário”**, in “Revista de Processo”, nº 177, Ed. RT, nov./2009, p. 9/46;
- **“Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo civil brasileiro”**, in “Livros de Estudos Jurídicos”, coordenado por James Tubenclak e Ricardo Bustamante, IEJ, v. 11. P. 239-262;
- **“Locação comercial coligada com promessa de venda e compra – Desequilíbrio econômico do negócio – revisão contratual – Princípio da boa-fé objetiva”**, in “Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor”, Ed. Magister, nº 27, Porto Alegre, jun.jul./2009, p. 73/97;
- **“Locação comercial coligada com promessa de venda e compra – Desequilíbrio econômico do negócio – revisão contratual – Princípio da boa-fé objetiva”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 31, jul.-ago./2009, Porto Alegre, p. 84/109;
- **“Locação comercial - Sublocação do imóvel com nova edificação e benfeitorias - Limite do aluguel - Inteligência do art. 21 da Lei nº 8.245/91” (PARECER) -** , in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, nº 3, mar-abr./2.000, pág. 6176;
- **“Medida cautelar - Multa diária - exeqüibilidade”**, in “Revista de Estudos Tributários” (Doutrina), Ed. Síntese, Porto Alegre, ano II, nº 8, jul./ago.-99, p. 5/16;

- **“Medida cautelar - Multa diária - exeqüibilidade”** (PARECER), *in* “Revista de Processo, nº 96, out.dez/1999, p. 206/216;
- **“Medida cautelar fiscal, responsabilidade tributária do sócio-gerente (CTN, art. 135)”**, *in* “Revista dos Tribunais”, vol. 739, maio/97, pág. 115/128;
- **“Medida cautelar fiscal, responsabilidade tributária do sócio-gerente (CTN, art. 135)”**, *in* “Revista dos Tribunais – Edições Especiais / 100 anos”, vol. VI, - Outros tributos, temas atuais e direito tributário internacional”, 2011, p.453/471;
- **“Medidas cautelares atípicas”**, *in* “Revista Forense”, v. 282, p. 1-10;
- **“Meios de defesa do devedor diante do título não executivo, fora dos embargos à execução - Ações autônomas e arguição de não-executividade”**, *in* “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 15, jun.2004, p. 32/55;
- **“Meios de defesa do devedor diante do título não executivo, fora dos embargos à execução - Ações autônomas e arguição de não-executividade”**, *in* “Doutrina - Instituto de Direito”, vol. 13, 2.002, p. 17/49;
- **“Motivação da sentença”**, *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Lex Magister, Porto Alegre, ano XV, nº 89, mar./abr./2019, p. 5/18;
- **“Negócio jurídico - Existência - Validade - Eficácia - Vícios - Fraude - Lesão”**, *in* “RT 780, out. 2.000, p. 11/28;
- **“Normas fundamentais”**, *in* “Processo civil brasileiro – Novos rumos a partir do CPC/2015, Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2016, p. 19/35;

- **“Notas sobre os recursos de apelação e agravo de instrumento”**, *in* “Revista de Julgados do TAMG”, v. 31, p. 31-44;
- **“Notas sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil do Brasil (Apresentação da 46ª Edição – Vol. II)”**, *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, nº 40, Jan.fev./2011, pág. 77/98;
- **“Notas sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil do Brasil (Apresentação da 46ª Edição – Vol. II)”**, *in* “Revista Jurídica LEX”, nº 49, jan.fev./2011, p. 60/79;
- **“Notas sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil do Brasil em matéria de execução”**, *in* “Atualidades Jurídicas (Revista do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil)”, Ed. Fórum, ano 1, nº 1, Jul.-Dez./2011, p. 89/111;
- **“Notas sobre sentença, coisa julgada e interpretação”**, *in* “Revista de Processo”, nº 167, Ed. RT, jan./2009, p. 9/24;
- **“Novas perspectivas para atuação da tutela executiva no direito brasileiro: autotutela executiva e ‘desjudicialização’ da execução”**, *in* Revista de Processo, ano 46, vol. 315, coord. Teresa Arruda Alvim, maio/2021, p. 109-157;
- **“Novidades no campo da intervenção de terceiros no Processo Civil: a denúncia da lide *per saltum* (Ação Direta) e o chamamento ao processo da seguradora na ação de responsabilidade civil”**, *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, Porto Alegre, nº 27, Nov.-Dez./2008, p.16/37;
- **“Novidades no campo da intervenção de terceiros no Processo Civil: a denúncia da lide *per saltum* (Ação Direta) e o chamamento ao processo da seguradora na ação**

- de responsabilidade civil**”, in “Atualidades Jurídicas – Revista Eletrônica do Conselho Federal da OAB, nº 4” (www.oab.org.br), jan./fev./2009;
- **“Novidades no campo da intervenção de terceiros no Processo Civil: a denúncia da lide *per saltum* (Ação Direta) e o chamamento ao processo da seguradora na ação de responsabilidade civil**”, in “Revista Trabalhista – Direito e Processo”, LTr, nº 30, São Paulo, 2009, pág. 15/30;
  - **“As novas codificações francesa e portuguesa e a desjudicialização da execução forçada**”, in “Juris Plenum – Doutrina – Jurisprudência –”, Ed. Plenum, Caxias do Sul, nº 88, ano XV, jul./2019, p. 95/112;
  - **“Novos rumos do direito processual civil: efetividade da jurisdição e classificação das ações - Ação executiva *lato sensu* - Tutela de urgência**”, in “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 26, maio/2005, p. 20/63;
  - **“Nulidade, inexistência e rescindibilidade da sentença**”, in “Curso de Direito Processual Civil, ed. Rio Grande, 1980, diversos autores; e “Juriscível do STF”, v. 95, p. 20-41;
  - **“Nulidades processuais – Princípio da identidade física do juiz – Irregularidade na representação processual da parte**”, in “Temas atuais de direito eleitoral (Estudo em homenagem ao Ministro José Delgado)”, Ed. Pillares, São Paulo, 2009, p. 41/64;
  - **“O ‘fato do príncipe’ – Reflexos materiais e processuais**”, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, nº 41, mar.-abr./2011, p. 8/15;
  - **“O agravo de instrumento e as causas do direito de família**”, in “Direito de Família - Processo, teoria e prática”, Rio de Janeiro,

Ed. Forense, 1ª ed., 2.008, (*obra dedicada aos 10 anos do IBDFAM* – Coordenadores: Rolf Madaleno, Rodrigo da Cunha Pereira), p. 261/276;

- **“O agravo de instrumento e as causas do direito de família”**, in “Família e solidariedade – Teoria e prática do direito de família”, coord. Rodrigo da Cunha Pereira, Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Juris, IBDFAM, 2008, p. 231/245;
- **“O anteprojeto de nova lei de execução fiscal”**, in “Revista de Processo”, nº 126, Ed. RT, ago./2005, p. 22/39;
- **“O anteprojeto de nova lei de execução fiscal”**, in “Repertório de Jurisprudência IOB”, nº 23, dez./2005, pág. 921/912;
- **“O compromisso de compra e venda. Efeitos permanentes do ato de constituição do promissário comprador em mora. Dec.-Lei nº 745/69”**, - (PARECER) - in “Revista Jurídica”, v. 159, p. 23-32, jan. 1991; “Revista Forense”, v. 310, p. 19-28, abr./jun. 1990;
- **“O compromisso do Projeto de Novo Código de Processo Civil com o processo justo”**, in “Revista de Informação Legislativa (Senado Federal)”, Brasília, ano 48, vol. 190, tomo I, p. 237/263, abr.-jun./2011,
- **“O compromisso do Projeto de Novo Código de Processo Civil com o processo justo”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, nº 75, jan.-fev./2012, p. 09/43;
- **“O concurso de credores e a execução singular”**, in “Revista dos Tribunais”, v. 437, p. 38-46; “Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia”, v. I, nº 2, p. 133-148; “Revista Legislativa Mineira”, v. 45, p. 175-183;
- **“O Conselho Nacional de Justiça”**, in “Lex Revista Jurídica”, vol. 65, São Paulo: Lex Editora, set.-out./2013, p. 11/27;

- **“O Conselho Nacional de Justiça – Enfoque de Direito Comparado”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, vol. 56, set.-out./2013, p.57/74;
- **“O contrato bilateral e a *exceptio non adimpleti contractus*” - (PARECER)** - in “Revista Jurídica Mineira”, v. 89/90, p. 207/216, set./out. 1991;
- **“O contrato de abertura de crédito e sua natureza de título executivo”**, in “Ensaio Jurídico - O Direito em Revista”, Rio de Janeiro, vol. 4, 1ª ed., 1997, pág. 441/472;
- **“O contrato de abertura de crédito e sua natureza de título executivo,”** in Processo de Execução e Assuntos Afins, Editora RT, São Paulo, coordenação de Teresa Arruda Alvim Wambier, 1998, p. 268/295;
- **“O contrato de empreitada por preço global e a teoria da imprevisão”**, in “Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor, Ed. Magister, nº 47, fev.-mar./2012, p. 5/34;
- **“O contrato de empreitada por preço global e a teoria da imprevisão”**, in “Revista Jurídica LEX”, nº 55, Lex Editora, jan.-fev./2012, p. 11/39;
- **“O contrato de empreitada por preço global e a teoria da imprevisão”**, in “Revista Forense”, vol. 416, 2012, p. 125/152;
- **“O contrato e a interferência estatal no domínio econômico”**, in “Revista Forense”, v. 314, p. 13-20, abr./maio/jun. 1991; “Revista dos Tribunais”, v. 675, p. 7-16, jan. 1992; “Revista de Julgados do TAMG”, v. 43, p. 31-47, jul./set. 1990;

- **“O contrato e a interferência estatal no domínio econômico”**, Capítulo do livro *Atualidades Jurídicas*, Belo Horizonte, Del Rey, vol. 3, 1993;
- **“O contrato de seguro e a regulação de sinistro”**, in *“Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”*, vol. 30, ago./2004, p. 5/23;
- **“O contrato de seguro e a regulação de sinistro”**, in *“Revista dos Tribunais”*, vol. 832, fev./2005, p. 67/82;
- **“O contrato de seguro e a regulação de sinistro”**, in *“Juris Plenun - Doutrina - Jurisprudência - Legislação”*, Ed. Plenum, ano II, nº 7, jan. 2.006, p. 37/54;
- **“O cumprimento das medidas cautelares e antecipatórias”**, in *“Revista de Processo”*, nº 139, set./2006, p. 7/27;
- **“O cumprimento das medidas cautelares e antecipatórias”**, in *“Instrumentos de coerção e outros temas de direito processual civil – Estudos em homenagem aos 25 anos de docência do Professor Dr. Araken de Assis”*, Ed. Forense, 1ª edição, 2.007, p. 277/295;
- **“O dano moral e sua reparação,”** in *UNIJUS - Revista Jurídica*, ano I, nº 1, Universidade de Uberaba, 1998, p. 101/108;
- **“O dano moral e sua reparação,”** in *RF 351*, Rio, 2.000, p. 83/93;
- **“O depósito preparatório de ação e seu rito”**, in *“COAD-ADV”*, p. 9-14, set. 1990;
- **“O devedor perante a execução de título extrajudicial pela Lei nº 11.382/2006”** – *(Estudo elaborado em homenagem ao Prof. Kazuo Watanabe. Na pesquisa e esquematização deste estudo, contei com a valiosa colaboração de Eduardo Oliveira Horta*

*Maciel)* - in "Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil", nº 52, mar.-abr./2008, p. 77/107;

- **“O devedor perante a execução de título extrajudicial renovada pela Lei nº 11.382/2006”**, in “As Grandes Transformações do Processo Civil Brasileiro” (Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe), coord. Carlos Alberto de Salles, São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2009, p. 265/300;
- **“O direito e a vida”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. 55, 3º Trimestre 1987, p. 209-216;
- **“O direito e a paz social”**, in “Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais - Nova Fase”, (Discurso de paraninfo da turma de julho de 1999 da Faculdade de Direito da UFMG), Inédita Editoria de Arte Ltda., Belo Horizonte, nº 6, 2000, p. 173/180;
- **“O direito jurisprudencial e o Código de Processo Civil de 2015: Modulação temporal dos efeitos de mudança na orientação da jurisprudência vinculativa”**, in “Revista de Processo”, nº 320, ano 46, outubro/2021, p. 365/384;
- **“O estatuto do devedor na nova execução de título extrajudicial (Lei nº 11.382/2006)”**, in “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, nº 49, set.-out./2007, p. 179/208;
- **“O fato gerador e a corresponsabilidade tributária em matéria de gestão das sociedades mercantis”**, in “Revista Jurídica Mineira”, v. 16, p. 13-24; “ADV - Seleções Jurídicas”, Setembro/1985, p. 18-23;
- **“O fracionamento da demanda no direito brasileiro: análise comparada com o direito italiano”**, HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, ÉRICO ANDRADE E JULIANA CORDEIRO DE FARIA, in “Revista de Processo”, ano 48, nº 344, out./2023, p.325/356;

- **“O imóvel hipotecado e a execução de terceiro”**, in “Revista de Processo”, v. 44, p. 7-20; “Revista Jurídica Mineira”, v. 19, p. 13-31;
- **“O juiz, a prova e o processo justo”**, in “A prova do direito processual civil” [*Estudo em homenagem ao Prof. João Batista Lopes*], Ed. Verbatim, 1ª edição, São Paulo, 2013, p. 273/290;
- **“O juiz e a revelação do direito *in concreto*”**, in Informativo INCIJUR - Instituto de Ciências Jurídicas, nº 22, maio/2.001, p. 2/6;
- **“O juiz e a revelação do direito *in concreto*”**, in “Doutrina”, vol. 12, 2ª ed., ID-Instituto de Direito, coordenação James Tubenchlak, 2.001, p. 389/400;
- **“O juiz e a revelação do direito *in concreto*”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, nº 14, nov.dez./2.001, p. 5/17;
- **“O juiz e a revelação do direito *in concreto*”**, in “APERJ - Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro”, Coord. Antônio Carlos Cavalcanti Maia, Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2.002, p. 49/62;
- **“O juiz e a revelação do direito *in concreto*”**, in “Revista Forense”, vol. 360, mar.-abr./2.002, p. 23/33;
- **“O juiz e a revelação do direito *in concreto*”**, in “Prática Jurídica”, Ed. Consulex, ano I, nº 6, set./2002, p. 50/53;
- **“O juiz e a revelação do direito *in concreto*”**, in “Estado de Direito e Direitos Fundamentais” - Homenagem ao Jurista Mário Moacyr Porto, Ed. Forense, 1ª ed., Rio de Janeiro, 2005, p. 265/283;

- **“O juízo divisório”**, in “Revista de Processo”, v. 28, p. 163-171; “Juriscível”, v. 119, p. 7-25; “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. 40, p. 69-80;
- **“O mandado de segurança coletivo em cotejo com as ações coletivas constitucionais”**, in “A Ação Civil Pública após 25 anos”, (Coord. Édis Milaré), Ed. RT, São Paulo, 2010, p. 321/333;
- **“O mandado de segurança coletivo em cotejo com as ações coletivas constitucionais”**, in “Revista Magister”, nº 39 (Nov.-dez./2010);
- **“O mandado de segurança coletivo em cotejo com as ações coletivas constitucionais”**, in “Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor”, nº 35, out.-nov./2010, p. 5/23;
- **“O mandado de segurança coletivo em cotejo com as ações coletivas constitucionais”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 71, mai.-jun./2011, p. 71/91;
- **“O mandado de segurança coletivo em cotejo com as ações coletivas constitucionais”**, in “Revista Forense”, vol. 413, jan.jun./2011, p. 187/206;
- **“O mandado de segurança coletivo em cotejo com as ações coletivas constitucionais”**, in “Repertório e Jurisprudência IOB”, nº 11, vol. III, jun.-/2016, p. 402;
- **“O mandado de segurança e a lei em tese”**, in “Mandados de segurança e de injunção”, Diversos autores, São Paulo, 1990, p. 291-298;
- **“O mandado de segurança preventivo e a lei em tese”**, in “Revista de Julgados do TAMG”, v. 31, p. 31-44;

- **“O novo Artigo 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.672, de 08.05.2008)”**, in “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, nº 53, mai.-jun./2008, p. 59/65;
- **“O novo Artigo 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.672, de 08.05.2008)”**, in “Revista Forense”, vol. 397, mai.-jun./2008, p. 193/198;
- **“O novo Artigo 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.672, de 08.05.2008)”**, in “Repertório de Jurisprudência IOB”, 2ª quinzena de nov./2008, nº 22, vol. III, p. 733;
- **"O novo Código Civil e as regras heterotópicas de natureza processual"**, in "Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, vol. 32, nov.dez./2.004, p. 15/34;
- **"O novo Código Civil e as regras heterotópicas de natureza processual"**, in "Revista da Faculdade de Direito da UFMG", nº 46, jan.-jun./2.005, p. 135/160;
- **"O novo Código Civil e as regras heterotópicas de natureza processual"**, in "Reflexox do Novo Código Civil no direito Processual", Coord. Fredie Didier Jr. e Rodrigo Mazzei, Ed. Podivm, Salvador, 2006, p. 125143;
- **"O novo Código Civil e as regras heterotópicas de natureza processual"**, in “Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém/PA, vol. 37, nº 73, p. 107/124; jul.dez./2004;
- **“O pensamento filosófico na seara do direito: Interpretação e aplicação das normas jurídicas”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 20, set.out./2007, p. 41/55;
- **“O papel do juiz na instrução do processo que depende de prova técnica – Impossibilidade de o magistrado assumir a**

- função do perito**”, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, nº 50, Ed. Magister, Porto Alegre, set.-out./2012, p. 29/53;
- **“O papel do juiz na instrução do processo que depende de prova técnica – Impossibilidade de o magistrado assumir a função do perito**”, in “Revista Jurídica LEX”, vol. 52, set.out./2012, p. 11/32;
  - **“O poder de controle do cabimento do recurso extraordinário referente ao requisito da repercussão geral (CF, art. 102, § 3º)”**, in “Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais – Estudos em homenagem à Prof<sup>a</sup> Teresa Arruda Alvim Wambier”, Ed. RT, 2008, pág. 929/941;
  - **“O poder de controle do cabimento do recurso extraordinário referente ao requisito da repercussão geral (CF, art. 102, § 3º)”**, in “Processo Civil Reformado”, 2<sup>a</sup> ed., Ed. Del Rey, 2009, p. 165/192;**“O princípio da fungibilidade recursal”**, in “Informativo INCIJUR - nº 57, abril/2.004, p. 1/7;**“O problema da exeqüibilidade do cheque emitido em promessa de pagamento e do cheque sem data (Tese aprovada por unanimidade no Encontro dos Tribunais de Alçada do Brasil, realizado no Rio de Janeiro em novembro de 1981)**”, in “Revista dos Tribunais (Edições Especiais/100 Anos)”, Doutrinas Essenciais / Direito Empresarial / Títulos de Crédito, vol. V, dez./2010, p. 421/436;
  - **“O problema da recorribilidade das interlocutórias no processo civil brasileiro”**, in “Justilex”, ano II, nº 22, out.2003, p. 20/24;

- **"O problema da recorribilidade das interlocutórias no processo civil brasileiro"**, in "Informativo INCIJUR, nº 50, ano IV, set./2.003, p. 1/5;
- **"O problema da recorribilidade das interlocutórias no processo civil brasileiro"**, in "Revista Gênese", nº 30, out.dez./2.003, p. 840/848;
- **"O procedimento interdital como delineador dos novos rumos do direito processual civil brasileiro (Estudos em Homenagem ao Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira)"**, in "Revista de Processo", Ed. Revista dos Tribunais, nº 97, ano 25, jan./março-2.000, p. 227/239;
- **"O procedimento interdital como delineador dos novos rumos do direito processual civil brasileiro"**, in "Revista de Processo", Editora RT, nº 97, ano 25, jan.mar./2000, p. 227/239;
- **"Processo de execução: jurisprudência, penhoras e aplicação societária – Questões que serão afetadas pelo novo CPC Projetado"**, in "Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil", Ed. Magister, nº 55, jul.-ago/2013, p. 5/37;
- **"Processo de execução: jurisprudência, penhoras e aplicação societária – Questões que serão afetadas pelo novo CPC Projetado"**, in "Revista Jurídica Lex", vol. 63, mai.-jun./2013, p. 177/206;
- **"O processo civil brasileiro no Século XXI"**, in "Ensaio sobre Direito Constitucional, Processo Civil e Direito Civil" – (Homenagem ao Professor José Manoel de Arruda Alvim) – Editora Direito Contemporâneo, Curitiba, 2023, p. 121/133;
- **"O processo civil brasileiro contemporâneo iluminado pelos princípios constitucionais"** – *[Rumos adotados pelo projeto de*

*novo Código em tramitação no Congresso Nacional, em busca do estabelecimento do ‘processo justo’* –, in “O Processo em Perspectiva – Jornadas Brasileiras de Direito Processual” – (Homenagem a José Carlos Barbosa Moreira) – Ed. RT, 2013, p. 173/200;

- **“Processo justo e boa-fé objetiva: Repulsa aos atos contraditórios e desleais – venire contra factum proprium, suppressio, surrectio e tu quoque”**, in “40 anos da Teoria Geral do Processo do Brasil – passado, presente e futuro” – [Organizadores: Camilo Zufelato e Flávio Luiz Yarshell] - São Paulo: Malheiros Editores, 2013, p. 467/504;
- **Processo justo e humanização. In: Processo Civil Humanizado.** Ed. Expert: Belo Horizonte, 2021, Livro Eletrônico
- **“O processo justo como garantia no Estado Democrático de Direito”**, in “Atualidades Jurídicas”, vol. 7, Coord. Maria Helena Diniz, Ed. Saraiva, 2014, p. 129/139;
- **“O processo justo: O juiz e seus poderes instrutórios na busca da verdade real”**, in “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 80, nov./2009, p. 71/85;
- **“O processo justo: O juiz e seus poderes instrutórios na busca da verdade real”**, in Revista da Academia Mineira de Letras Jurídicas, vol. 2, Ed. Del Rey, 2.010, p. 207,233;
- **“O processo justo e as tutelas jurisdicionais proporcionáveis aos direitos substanciais em crise”**, in “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 123, Editora Dialética, jun./2013, p. 32/61;
- **“O recurso especial e a relevância da questão jurídica discutida (EC 125/22)”**, Revista Migalhas nº 5.457, out./2022, (<https://www.migalhas.com.br/depeso/375153/o-recurso-especial-e-a-relevancia-da-questao-juridica-discutida>)

- **“O recurso especial e a relevância da questão jurídica discutida (EC 125/22)”**, in Revista de Direito Civil e Processual, Porto Alegre: Paixão Editores, nº 31, set.out./2022;
- **“O recurso especial retido”**, in “Revista Forense”, vol. 357, out. 2001, p. 51/65;
- **“O recurso especial retido”**, in “GÊNESIS - Revista de Direito Processual Civil”, nº 23, jan.mar./2.002, p. 43/60;
- **“O sistema jurídico positivo e o impacto da era das reformas legislativas”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, Belo Horizonte: Editora Fórum, nº 64, out.-dez./2008, p. 11/28;
- **“O sistema jurídico positivo e o impacto da era das reformas legislativas”**, in “Estudos de Direito Constitucional” (Homenagem ao Prof. Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza), Ed. Del Rey, Belo Horizonte, 2009, p. 405/421;
- **“Negócio jurídico - Existência - Validade - Eficácia - Vícios - Fraude - Lesão”**, “in” DOUTRINA, Instituto de Direito, 1ª edição, Rio de Janeiro, 1999, coordenação de James Tubenchlak, p.128/152;
- **“O novo Código Civil e as regras heterotópicas de natureza processual”**, in “Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual”, Ed. Podivm, 2ª ed., coord. Fredie Didier Jr. e Rodrigo Mazei, 2.007, p. 139/157;
- **“O parlamentarismo no Brasil”**, “Revista Jurídica Mineira”, v. 15, p. 21-38;
- **“Oposição à execução: Embargos, impugnação e exceção de pré-executividade”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, nº 23, Ed. Magister, Porto Alegre, mar./abr.- 2008, p. 20/38;

- **“Oposição à execução: Embargos, impugnação e exceção de pré-executividade”**, in “Repertório de Jurisprudência IOB”, nº 14, vol. III, 2ª Quinzena de Julho/2008, p. 477/468;
- **“Oposição à execução: Embargos, impugnação e exceção de pré-executividade”**, in “Revista Autônoma de Processo”, nº 5, Ed. Juruá, Curitiba, jul.-dez./2008, p. 169/189
- **“O presente procura configurar o futuro”**, in “Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia”, v. 5, n. ½, p. 283/292;
- **“O princípio da probidade e a repressão à litigância de má fé”**, in “Seleções Jurídicas”, ADV, novembro 1990, p. 17-25;
- **“O problema da exeqüibilidade do cheque emitido em promessa de pagamento e do cheque sem data”**, in “Revista Forense”, v. 284, p. 9-15;
- **“O problema do uso do nome do marido pela mulher após o divórcio”**, in “Revista Jurídica Mineira”, v. 58, p. 16-19, 1989 e “Ciência Jurídica”, v. 24, p. 16-19, 1988;
- **“O procedimento administrativo no Estado Democrático de Direito,”** in “Revista da Faculdade de Direito da UFMG”, nº 35, 1995, p.189/195;
- **“O procedimento monitorio como possível solução para o problema da duplicata sem aceite”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. VII, p. 69-102; “Revista Forense”, v. 252, p. 85-97;
- ◆ **“O problema da recorribilidade das interlocutórias no processo civil brasileiro”**, in “Justilex”, ano II, nº 22, out.2003, p. 20/24;

- ◆ **"O problema da recorribilidade das interlocutórias no processo civil brasileiro"**, in in "Informativo INCIJUR, nº 50, ano IV, set./2.003, p. 1/5;
- **"O procedimento monitório e a conveniência de sua introdução no processo civil brasileiro"**, in "Revista Forense", v. 271, 1980, p. 71;
- **"O processo civil e a garantia constitucional do devido processo legal"**, in "Livro de Estudos Jurídicos", coordenação de James Tubenclak e Ricardo Bustamante, Rio de Janeiro, IEJ, v. 3, 1991, p. 171-188;
- **"O processo de execução e as garantias constitucionais da tutela jurisdicional"**, in "Livro de Estudos Jurídicos", coordenação de James Tubenclak e Ricardo Bustamante, Rio, Instituto de Estudos Jurídicos, v. 6, 1993, p. 107-132;
- **"O recurso extraordinário e a teoria do precedente: Reflexos na 'repercussão geral' e nos 'recursos repetitivos'"**, in "Repercussão geral da questão constitucional", Editora Forense, 2014, pág. 325/350;
- **"Regime das demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil"**, in "Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais", 2ª edição revista e atualizada, Coleção Novo CPC (Doutrina selecionada), vol. 6, cap. 18, Ed. JusPODIVM, Salvador: 2016, p. 417/445;
- **"O regime do contrato (típico) de agência e distribuição (representação comercial) no novo Código Civil em cotejo com a situação jurídica do contrato (atípico) de concessão comercial - Indenizações cabíveis na extinção da relação**

- contratual", in "Revista dos Tribunais", vol. 825, jul./2.004, p. 35/74;
- **"O regime do contrato (típico) de agência e distribuição (representação comercial) no novo Código Civil em cotejo com a situação jurídica do contrato (atípico) de concessão comercial - Indenizações cabíveis na extinção da relação contratual"**, in "Revista de Jurisprudência - ADCOAS", ano V, vol. 58, out./2004, p. 9/39;
  - **"O regime do contrato (típico) de agência e distribuição (representação comercial) no Novo Código Civil em cotejo com a situação jurídica do contrato (atípico) de concessão comercial - Indenizações cabíveis na extinção da relação contratual"**, in "Revista de Jurisprudência", ADCOAS, Rio de Janeiro, ano VI, vol. 61, jan.2005, p.7/37;
  - **"O seguro de responsabilidade civil – Disciplina material e processual"**, in "Revista de Direito Privado – RDPriv", ano 12, nº 46, abr.-jun./2011, Editora RT, p. 299/321;
  - **"O seguro de responsabilidade civil e as figuras processuais de intervenção de terceiro"**, in "Direito Processual Civil" – Institutos Fundamentais do Direito Processual – (coord. Milton Paulo de Carvalho), Ed. Quartier Latin do Brasil, São Paulo, set./2007, p. 165/178;
  - **"O seguro saúde e a estabilização da tutela sumária antecipatória"**, in "Processo Civil e Seguro", Ed. Quartier Latin do Brasil, São Paulo, 2021, p. 333/355;
  - **"O sistema jurídico positivo e o impacto da era das reformas legislativas"**, in "Revista Brasileira de Direito Processual", Belo Horizonte: Editora Fórum, nº 64, out.-dez./2008, p. 11/28;

- **“O sistema de precedentes implantado pelo CPC/2015”**, *in* “Revista de Processo”, ano 47, nº 331, set./2022, pág. 281/299;
- **“O tormentoso problema da inconstitucionalidade da sentença passada em julgado”**, *in* “Revista de Processo”, Ed. RT, nº 127, set./2005, p. 9/53;
- **“O tormentoso problema da inconstitucionalidade da sentença passada em julgado”**, *in* “Relativização da Coisa Julgada”, Edições Podivm, 2ª ed., Salvador, 2006, p. 157/198;
- **“Os caminhos realmente úteis para se tentar o aprimoramento da justiça civil”**, (ARTIGO) - *in* “Jornal Mundo Jurídico”, a leitura obrigatória para os profissionais do mundo das leis, Jund Editora, ano I, nº V, 2.000, p.12;
- **“Os contratos e os vícios de consentimento”**, *in* “Revista da EMERJ - Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - Parte I”, fev.-jun./2002, p. 129/147;
- **“Os embargos de declaração e seus efeitos”**, *in* “Revista Forense”, vol. 355, 2.001, p. 79/88;
- **“Os embargos de declaração e seus efeitos”**, *in* “Revista Synthesis de Direito do Trabalho Material e Processual” - Resumo de art. publicado in Revista Forense, vol. 355, maio-jun/2.001 - (Órgão Oficial do TRT da 2ª Região - São Paulo), Editora Síntese, nº 34, 2.002, p. 95/97;
- **“Os embargos do devedor após as reformas do CPC efetuadas pelas Leis nºs 11.232 e 11.382”**, *in* “Revista Jurídica”, nº 353, março/2007, p. 35/60;
- **“Os embargos do devedor após as reformas do CPC efetuadas pelas Leis nºs 11.232 e 11.382”**, *in* “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, vol. 46, mar.-abr./2007, p. 7/33;5

- **“Os embargos do devedor após as reformas do CPC efetuadas pelas Leis nºs 11.232 e 11.382”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 17, mar.-abr./2.007, p. 60/86;
- **“Os embargos do devedor após as reformas do CPC efetuadas pelas Leis nºs 11.232 e 11.382”**, in “Revista Juris Plenum”, Ed. Plenum, Ano III, nº 16, jul./2007, p. 53/77;
- **“Os embargos do devedor após as reformas do CPC efetuadas pelas Leis nºs 11.232 e 11.382”**, in “Revista do Advogado”, nº 92, jul./2007, p. 89/108;
- **“Os embargos do devedor após as reformas do CPC efetuadas pelas Leis nºs 11.232 e 11.382”**, in “Revista Forense”, vol. 391, p. 111/129;
- **“Os embargos do devedor após as reformas do CPC efetuadas pelas Leis nºs 11.232 e 11.382”**, in “Repertório de Jurisprudência IOB”, nº 24, vol. III, pág. 863/851, dez./2009;
- **“Os juizados especiais da Fazenda Pública – Lei nº 12.153, de 22.12.2009”**, in “Amagis Jurídica”, Ed. Del Rey, ano II, nº 3, jan./jun.-2010, pág. 89/114;
- **“Os juizados especiais da Fazenda Pública – Lei nº 12.153, de 22.12.2009”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, nº 34, jan.fev./2010, p. 75/92;
- **“Os juizados especiais da Fazenda Pública – Lei nº 12.153, de 22.12.2009”**, in “Revista Brasileira de Direito Processual”, Ed. Fórum, Belo Horizonte, ano 18, nº 70, abr.-jun./2010, p. 13/30;
- **“Os juizados especiais da Fazenda Pública – Lei nº 12.153, de 22.12.2009”**, in “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, nº 65, maio/2010, p. 7/27;

- **“Os juizados especiais da Fazenda Pública – Lei nº 12.153, de 22.12.2009”**, in “Repertório de Jurisprudência IOB”, nº 14, vol. III, julho/2009, p. 434/424;
- **“Os juizados especiais da Fazenda Pública – Lei nº 12.153, de 22.12.2009”**, in “Juizados Especiais – *Homenagem ao Des. José Fernandes Filho*”, Ed. Del Rey, Belo Horizonte, 2011, p. 195/219;
- **“Os juizados especiais da Fazenda Pública – Lei nº 12.153, de 22.12.2009”**, in “Revista Jurídica / Direito em Foco, ano I, jul.-dez./2011, nº 1, publicação oficial da Seccional da OAB/MS, p. 103/122;
- **“Os juizados especiais da Fazenda Pública – Lei nº 12.153, de 22.12.2009”**, in “Juris Plenum – Direito Administrativo”, Ed. Plenum, nº 5, ano II – mar./2015, p. 47/68;
- **“Os juizados especiais da Fazenda Pública – Lei nº 12.153, de 22.12.2009”**, in “Repertório de Jurisprudência IOB”, junho/2015, nº 12, vol. III, p. 449;
- **“Os poderes do Juiz em face da prova”**, in “Revista Forense”, v. 263, p. 39-47;
- **“Os princípios do direito processual civil e o processo do trabalho,”** in “Compêndio de Direito Processual do Trabalho”, Obra em memória de CELSO AGRÍCOLA BARBI, ALICE MONTEIRO DE BARROS (Coordenadora), Editora LTr, 1998, p.47/63;
- **“Os recursos civis e seus problemas”**, in “GÊNESIS - Revista de Direito Processual Civil, vol. 18, out.dez./2.000, p. 688/710;
- **“Os recursos civis e seus problemas”**, in “Doutrina - Instituto de Direito” , vol. 11, 2.001, p. 255/285;

- **“Parceria pecuária - Rescisão - Perdas e danos”** (PARECER), *in* “Ciência Jurídica”, vol. 91, jan-fev/2.000, p. 351/373;
- **“Partes e terceiros na execução - Responsabilidade patrimonial”** - (III Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil - Conferências) -, *in* Revista de Processo nº 100, Ed. RT, out.dez/2.000, p. 139/165;
- **“Partilha amigável na dissolução da sociedade conjugal e da união estável – Anulação por vício de consentimento – Manifesta desproporção de quinhões – Boa-fé”**, *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 62, set./out. 2014, p. 75/91;
- **“Partilha amigável na dissolução da sociedade conjugal e da união estável – Anulação por vício de consentimento – Manifesta desproporção de quinhões – Boa-fé”**, *in* “Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões”, Ed. Lex Magister, Porto Alegre, ano I, nº 05, mar.-abr./2015, p. 76/93;
- **“Partilha: Nulidade, anulabilidade e responsabilidade”**, *in* “Revista Jurídica Mineira”, v. 32, p. 13-33; “Ciência Jurídica”, v. 5, p. 26-46, 1987; “Revista de Processo”, v. 45, p. 218; “Revista de Crítica Judiciária”, v. 4, p. 127-156;
- **“Partilha: Nulidade, anulabilidade e responsabilidade”**, *in* “Revista dos Tribunais (Edições Especiais 100 Anos) – Doutrinas Essenciais – Família e Sucessões”, Ed. RT, vol. VI, 2011, p. 1171/1194;
- **“Penhora - Capital de Giro - Créditos da Executada”**, *in* “Revista Jurídica”, vol. 239, setembro/97, pág. 32/41;
- **“Penhora de navios e aeronaves”**, - (PARECER) - *in* “Revista Jurídica Mineira”, v. 59, p. 261- 274, março 1989;

- **“Penhora e avaliação na execução por quantia certa”,** *in* “Juriscível do STF” v. 97, p. 18-42;
- **“Penhora: possibilidade sobre saldos de contas bancárias de origem salarial – Interpretação do inc. IV do art. 649 do CPC em face da alteração promovida pela Lei nº 11.382, de 06.12.06”,** *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, nº 24, mai.-jun./2008, p. 56/68;
- **“Pensando os custos da justiça”,** *in* “Os Custos da Justiça - Actas do colóquio internacional, Coimbra, 25-27 de setembro de 2.002”, Ed. Almedina, coord. JOÃO ÁLVARO DIAS, julho/2003, p. 515/518;
- **“Perda de prazos processuais”,** *in* “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. 15, p. 57-64; “Revista Ajuris”, v. 13, p. 101-109;
- **“Perpetuatio iurisdictionis - Alterações da competência absoluta e funcional - Critério de estabelecimento da competência interna dos órgãos do tribunal - Prevenção regimental - Momento de eficácia do ato processual - Papel do escrivão” - PARECER** - *in* “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 30, set./2005, p. 111/118;
- **“Poder geral de cautela e suas necessárias limitações”,** *in* “Seleções Jurídicas”, COAD, p. 3-10;
- **“Prazos processuais”,** “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. 12, p. 63-75; “Jurisprudência Brasileira”, v. 23, p. 13-18;
- **“Prescrição: Ação, Exceção e Pretensão”,** *in* “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 51, nov.-dez./2012, p. 22/39;

- **“Prescrição: Ação, Exceção e Pretensão”**, in “PONTES DE MIRANDA e o Direito Processual” [4ª Série – Coletânea ANNEP], Ed. JusPODIVM [10 anos], 2013, p. 465/484;
- **“Prescrição: Ação, Exceção e Pretensão”** [*Estudo efetuado em homenagem aos 120 anos de Pontes de Miranda*], in “Revista Jurídica LEX”, nº 60, nov.-dez./2012, p. 90/105;
- **“Prescrição e decadência no novo Código Civil: alguns aspectos relevantes”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 23, mai.jun./2.003, p. 128/147;
- **“Prescrição – Liberdade e dignidade da pessoa humana”**, in “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 40, jul./2006, p. 64/78;
- **Prescrição da pretensão de petição de herança**, in Revista dos Tribunais, ano 110, abril/2021, vol. 1026, p. 236/302
- **“Pressupostos processuais e condições da ação no processo cautelar”**, in “Revista Forense”, v. 292, p. 19-29; “Revista de Processo”, v. 50, p. 7-4, 1988; “TJTE”, v. 34, p. 3-25; “Revista Brasileira de Direito Processual”, v. 48, p. 77-104;
- **“Pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa”**, in “Juriscível do STF”, v. 69, p. 7-21;
- **“Princípio do contraditório: tendências de mudança de sua aplicação”**, in “Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas”, Pouso Alegre, ano XXV, nº 28, jan.-jun./2009, p. 177/206;
- **“Princípio do contraditório: tendências de mudança de sua aplicação”**, in “Revista Juris Plenum”, Ed. Plenum, ano VIII, nº 45, mai./2012, p.21/50;
- **“Presunção de veracidade dos fatos não impugnados pelo réu – Contraprova admitida pelo juiz – Legitimidade”**

- (PARECER), *in* “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 88, jul./2010, p. 116/126;
- **“Primeiras observações sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil”**, *in* “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, nº 66, jul.-ago/2010, p. 7/12;
  - **“Primeiras observações sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil”**, *in* “Revista Magister”, nº 36 (Mai.-jun./2010);
  - **“Princípios gerais do direito processual civil”**, *in* “Revista de Julgados do TAMG”, v. 11, p. 21-40;
  - **“Princípios informativos e a técnica de julgar no processo civil”**, *in* “Juriscível do STF”, v. 90, p. 724; “Revista Forense”, v. 268, p. 103;
  - **“Princípios informativos e a técnica de julgar no processo civil”**, *in* “Revista Forense” (Comemorativa 100 anos – 1904/2004), Tomo V, pág. 421/435;
  - **“Processo civil – Objeto do processo – Pedido e sua interpretação – Adstrição do juiz ao pedido no julgamento – Interpretação da Sentença – Coisa julgada e seus limites”** (PARECER), *in* “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 62, maio/2008, p. 115/134;
  - **“Processo civil brasileiro: Prova – Princípio da verdade real – Poderes do juiz – Ônus da prova”**, *in* “La Prueba – Homenaje al Maestro HERNANDO DEVIS ECHANDÍA”, Universida Libre, Instituto Colombiano de Derecho Procesal, 1ª edição, agosto de 2.002, p. 207/227;
  - **“Processo constitucional”**, *in* “Tratado de Direito Constitucional”, nº 2, Ed. Saraiva, 2010, p. 720/779;

- **“Processo justo e boa-fé objetiva: Repulsa aos atos contraditórios e desleais – *venire contra factum proprium, suppressio, surrectio e tu quoque*”, in “40 anos da Teoria Geral do Processo do Brasil – passado, presente e futuro” – [Organizadores: Camilo Zufelato e Flávio Luiz Yarshell] - São Paulo: Malheiros Editores, 2013, p. 467/504;**
- **“Processo justo e contraditório dinâmico”, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 33, nov.-dez./2009, p. 5/18;**
- **“Proposta de emenda constitucional - controle de constitucionalidade e contencioso administrativo”, in “COAD-ADV Informativo Semanal”, nº 25, 1984, p. 201-199;**
- **“Prova: a gravação de mensagem telefônica como meio de prova no processo Civil”, in “Revista Magister de Direito civil e Processual Civil”, nº 13, jul.ago./2006, p. 5/18;**
- **“Prova - Princípio da verdade real - Poderes do juiz - Ônus da prova e sua eventual inversão - Provas ilícitas - Prova e coisa julgada nas ações relativas à paternidade (DNA)” (DOCTRINA), in “Revista Brasileira de Direito de Família”, Ed. Síntese, ano I, nº 3, out.nov.dez./1999, p. 5/23;**
- **“Prova - Princípio da verdade real - Poderes do juiz - Ônus da prova e sua eventual inversão - Provas ilícitas - Prova e coisa julgada nas ações relativas à paternidade (DNA)”, in “Revista de Direito Privado”, ed. RT, nº 17, jan.mar.2.004, p. 09/28;**
- **“Public interest litigation and co-participative judicial enforcement of public policies”, [Artigo publicado em conjunto com Dierle Nunes e Alexandre Bahia] in “Civil Procedure Review”, v. 5, n.1: 20-58, jan.apr./2014;**

- **“Reclamação constitucional – Importância sempre crescente na esfera dos direitos fundamentais”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processo Civil”, Ed. Magister, nº 72, mai./jun-2016, p. 19/35;
- **“Reclamação constitucional – Importância sempre crescente na esfera dos direitos fundamentais”**, in “Lex Editora”, São Paulo, vol. 81, mai.-jun./2016, p. 45/60;
- **“Reclamação constitucional – Importância sempre crescente na esfera dos direitos fundamentais”**, in “Processo civil aplicado aos tribunais de contas” (Novas tendências a partir do CPC de 2015), Ed. Forum, 2017, Belo Horizonte, p. 19/40;
- **“Recurso especial - presquestionamento”**, in “Informativo INCIJUR - Instituto de Ciências Jurídicas”, nº 65, ano VI, dez.2004;
- **“Recurso especial - presquestionamento”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 34, mar.abr./2005, p. 131/139;
- **“Recurso especial e recurso extraordinário. Requisitos de admissibilidade”**, - (PARECER) - in “Revista Forense”, v. 329, p. 179-194, jan./fev./mar. 1995;
- **“Recurso especial e recurso extraordinário – Retenção – Destrancamento – Atribuição de efeito suspensivo – Medidas Cautelares”** (Estudo elaborado em homenagem ao Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior), in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, nº 77, mai.-jun./2012, pág. 74/85;
- **“Recurso especial e recurso extraordinário – Retenção – Destrancamento – Atribuição de efeito suspensivo – Medidas Cautelares (ARTIGO 07)”**, in “Processo, Direito e Modernidade” -

(Estudo elaborado em homenagem ao Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior) -, São Paulo: Paco Editorial, 2014, p. 95/107;

- **“Recurso ordinário em mandado de segurança”**, in “Livro de Estudos Jurídicos” - coordenação James Tubenchlak e Ricardo Bustamante, v. 5, Instituto de Estudos Jurídicos, Rio, 1992, p. 80-110, “Revista Jurídica” - Súmulas do STJ, v. 183, janeiro 1993; “Revista Jurídica Mineira”, v. 96, 1992, p. 20-31;
- **“Redimensionamento da coisa julgada”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 28, jan.fev./2009, p. 5/23;
- **“Redimensionamento da coisa julgada”**, in “Revista Jurídica”, Ed. Notadez, nº 377, mar./2009, p. 11/33;
- **“Redimensionamento da coisa julgada”**, in “Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil”, nº 58, mar.-abr./2009, p. 45/64;
- **“Reflexões sobre o inventário e partilha extrajudiciais no Código de Processo Civil de 2015: O resultado de um percurso histórico-dogmático”**, in “Revista dos Tribunais (Edições Especiais) – Doutrinas Essenciais / NOVO PROCESSO CIVIL [Precedentes – Execução – Procedimentos Especiais] –”, Ed. RT, São Paulo, Vol. VI, 2ª ed., 2018, p. 1253/1267;
- **“Reflexões sobre o princípio da intangibilidade da coisa julgada e sua relativização”**, in “Coisa Julgada Inconstitucional”, Ed. Fórum, Belo Horizonte, 2006, p. 161/194;
- **“Reformas do CPC: Apelação e embargos de declaração”**, in “Revista Jurídica”, ano I, nº 5, maio/97, pág. 30/34;
- **“O regime processual da execução das dívidas das empresas estatais”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 86, nov.-dez./2013, p. 81/94;

- **"Regras gerais do direito das obrigações no novo Código Civil"**, *in* "Revista da Faculdade de Direito da UFMG", nº 44, jan.jun./2004, p. 153/182;
- **"Relatório geral luso-americano"**, *in* "Revista Iberoamericana de Derecho Procesal", ano 1, nº 2, Buenos Aires, 2002, p. 85/134;
- **"Repensando a prova civil"**, *in* "DOCTRINA - ID - Instituto de Direito", Coordenação de JAMES TUBENCHLAK, vol. 9, 1ª ed., abril/2000, p.13/33;
- **"Repercussão Geral do Recurso Extraordinário (Lei nº 11.418) e Súmula Vinculante no Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417)"**, *in* "Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor", Ed. Magister, nº 14, abr./mai./2007, p. 79/106;
- **"Repercussão Geral do Recurso Extraordinário (Lei nº 11.418) e Súmula Vinculante no Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417)"**, *in* "Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil", nº 48, jul.-ago/2007, pág. 100/127;
- **"Repercussão Geral do Recurso Extraordinário (Lei nº 11.418) e Súmula Vinculante no Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417)"**, *in* "Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil", nº 18, mai./jun./2007, p. 5/32;
- **"Repercussão Geral do Recurso Extraordinário (Lei nº 11.418) e Súmula Vinculante no Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417)"**, *in* "Juris Plenum", Ed. Plenum, ano IV, nº 20, mar./2008, p.21/46;
- **"Repercussões do novo Código de Processo Civil no direito do trabalho"**, *in* "Revista Forense", vol. 420, jul.-dez./2014, p. 147/160;

- **“Requisitos da tutela cautelar”**, in “Revista de Processo”, v. 50, p. 129-142, 1988;
- **“Responsabilidade civil – Danos acarretados pelas medidas de urgência: Cautelares e antecipatórias”**, in “Constituição e Processo – A Resposta do constitucionalismo à banalização do terror (coord. Marcelo Cattoni e Felipe Machado), Ed. Del Rey, 2009, p.245/298;
- **“Responsabilidade civil, danos morais e patrimoniais - Acidente no trabalho - Ato de preposto”**, in “Revista dos Tribunais”, ano 85, v. 731, set./96, pág. 91/104;
- **“Responsabilidade civil, danos morais e patrimoniais - Acidente no trabalho - Ato de preposto”**, in “Revista dos Tribunais (Edições Especiais/100 Anos – Doutrinas Essenciais / Direito de Obrigações e Direito Negocial)”, vol. II, 2010, p. 561/580;
- **“Responsabilidade civil na denúncia dos contratos de distribuição, franquia e concessão comercial: Apontamentos”**, in “Revista Magister de Direito Empresarial”, Ed. Magister, Porto Alegre, nº 15, jun.-jul./2007, p. 54/97;
- **“Responsabilidade civil - Erro médico”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, vol. 4, mar-abr/2.000, p. 152/161;
- **“Responsabilidade civil: Noções gerais. Responsabilidade objetiva e subjetiva”**, in “Responsabilidade Civil Contemporânea (em homenagem a Sílvio de Salvo Venosa)”, Ed. Atlas, São Paulo, 2011, p. 17/39;
- **“Responsabilidade civil objetiva derivada de execução de medida cautelar ou medida de antecipação de tutela”**, in

- “Revista da ESMAPE” – Escola Superior de Magistratura de Pernambuco – vol. 7, nº 15, Jan./Jun.2002, p. 265/295;
- **“Responsabilidade civil objetiva derivada de execução de medida cautelar ou medida de antecipação de tutela”**, *in* “Revista Iberoamericana de Derecho Procesal”, ano II, nº 3, 2.003, p. 115/136;
  - **“Responsabilidade civil objetiva da parte que executa medida cautelar ou medida de antecipação de tutela segundo o art. 811 do CPC” (PARECER)**, *in* “Revista Ibero-Americana de Direito Público”, Ed. América Jurídica, vol. V, 3º trimestre de 2.001, p. 235/246;
  - **“Revisão de contrato – Revisão de taxas convencionais de juros”**, *in* “Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor”, Ed. Magister, nº 34, ago.-set./2010, p. 5/17;
  - **“Revisão de contrato – Revisão de taxas convencionais de juros”**, *in* “Revista Magister de Direito civil e Processual Civil”, nº 38, set.-out./2010, p. 102/114;
  - **“Revisão de contrato – Revisão de taxas convencionais de juros”**, *in* “RLDB - Revista LEX do Direito Brasileiro”, nº 46, jul.-ago/2010, p. 35/45;
  - **“Saneamento e organização do processo – Gestão compartilhada do processo justo – Recurso – Não ocorrência de preclusão”**, *in* “Estudos de Direito Processual Civil” [em homenagem ao Prof. José Rogério Cruz e Tucci], Ed. PODVIM, Salvador, 2.018, p. 399/412;
  - **“Saneamento do processo: audiência preliminar de conciliação e audiência de instrução e julgamento”**, *in*

“Doutrina”, Instituto de Direito, 1ª edição, Coordenação de James Tubenchlak, vol. 8, 1999, p. 187/206;

- **“Saneamento do processo: audiência preliminar de conciliação e audiência de instrução e julgamento”**, in “Estudos em Homenagem ao Ministro ADHEMAR FERREIRA MACIEL”, Coordenador: Sálvio de Figueiredo Teixeira, Editora Saraiva, São Paulo, 2.001, p. 277/295;
- **“Seguro de danos – Contrato de adesão – Cláusula de exclusão ou limitação de cobertura – Interpretação – Princípio da boa-fé”**, in “Revista dos Tribunais”, vol. 933, ano 102, jul./2013, p. 473/499;
- **“Seguro de danos – Despesas de salvamento e despesas de contenção: Regime jurídico”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, nº 60, mai.-jun./2014, p. 5/23;
- **“Seguro de vida em grupo – Renovação negada pela seguradora – Análise do problema no prisma do Código Civil e do Código do Consumidor”**, in “Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor”, Ed. Magister, nº 23, out./nov.-2008, p. 90/103;
- **“Seguro de vida em grupo – Renovação negada pela seguradora – Análise do problema no prisma do Código Civil e do Código do Consumidor”**, in “Revista Nacional de Direito Informatizada”, Nacional de Direito Livraria Editora Ltda., publicação mensal, abril/2009;
- **“Sentença inconstitucional: Nulidade, inexistência, rescindibilidade”**, in “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 63, jun./2008, p. 36/58;

- **“Serasa - Medidas cautelares intentadas por devedores inadimplentes”** PARECER, *in* “Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais”, Ed. RT, ano 2, nº 5, maio-agosto/99, p. 269/282;
- **“Solução consensual de conflito no novo Código de Processo Civil”**, *in* “Aspectos Polêmicos do novo Código de Processo Civil”, vol. I, Ed. Almedina, São Paulo, set./2018, p. 191/217;
- **“Substituição processual e litispendência na arbitragem”**, *in* “Arbitragem & Seguro”, HUMBERTO THEODORO JÚNIOR e HELENA LANNA FIGUEIREDO, Ed. Quartier Latin do Brasil, São Paulo, 2023, pág. 359/381;
- **“Teoria geral dos recursos civis”**, *in* “Atualidades do Processo Civil”, Ed. Juruá, Curitiba, vol. 1, (Coord. Arruda Alvim e Eduardo Arruda Alvim), 2007, p. 219/268;
- **“Teoria geral dos recursos civis”**, *in* “Revista Autônoma de Processo” nº 2, Ed. Juruá, coord. Arruda Alvim e Eduardo Arruda Alvim, jan.mar./2007, p. 257/306;
- **“Teoria da imprevisão e tutela cautelar inominada”**, *in* “Revista Jurídica Mineira”, v. 38, p. 235-246. 1987; “Ciência Jurídica”, v. 10, p. 225-236; “ADV-Seleções Jurídicas”, out. 1987, p. 15-21;
- **“Títulos executivos judiciais: o cumprimento da sentença segundo a reforma do CPC operada pela Lei nº 11.232, de 22/12/2005”**, *in* “Revista Dialética de Direito Processual”, nº 43, out./2006, pá. 53/73;
- **“Transporte de pessoas no novo Código Civil”**, *in* “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, nº 21, DOUTRINA, jan.fev./2003, p. 16/33;

- **“Tutela antecipada. Evolução. Visão comparatista. Direito europeu e direito brasileiro”**, in “Revista de Processo”, nº 157, março/2008, p. 129/146;
- **“Tutela antecipada. Evolução. Visão comparatista. Direito brasileiro e direito europeu”**, in “Bases científicas para um renovado direito processual” (organizadores: Athos Gusmão Carneiro e Petrônio Calmon), Ed. Podvim, 2ª edição, Salvador, 2009, p. 387/403;
- **“Tutela Antecipada e Tutela Cautelar,”** in “Revista Forense”, Ed. Forense, Rio de Janeiro, vol. 342, abril/maio/junho-98, p. 107/129;
- **“Tutela cautelar durante a tramitação de recurso”**, in “Revista Jurídica”, v. 154, p. 5-18, agosto 1990; “Revista Jurídica Mineira”, v. 78, p. 7-20, outubro 1990;
- **“Tutela cautelar e antecipatória em matéria tributária,”** in “Revista Jurídica”, nº 245, p. 5/27, março/98;
- **“Tutela cautelar e antecipatória em matéria tributária,”** in “Revista de Estudos Tributários”, Ed. Síntese, ano 1, vol. 2, julho-agosto/98, p. 5/37;
- **“Tutela cautelar e antecipatória em matéria tributária”**, in GÊNESIS - Revista de Direito Processual Civil, nº 9, ano III, julho/setembro-98, p. 473/494;
- **“Tutela cautelar e antecipatória em matéria tributária”**, in “Revista Forense”, vol. 347, Jul-Ago/99, p. 109/126;
- **“Tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos – Legitimação processual das associações no direito brasileiro”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 63, nov./dez. 2014, p. 5/21;

- **“Tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos – Legitimação processual das associações no direito brasileiro”**, *in* “Revista Jurídica Lex”, Lex Editora, vol. 72, nov./2004, p. 11/24;
- **“Tutela de emergência e medidas cautelares”**, *in* “Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”, vol. 26, nº 1, p. 39/83, Jan./Março-98;
- **“Tutela diferenciada: Opção do credor entre a ação executiva e a ação ordinária de cobrança”**, *in* “Revista Dialética de Direito Processual”, vol. 4, jul./2.003, p. 80/92;
- **“Tutela diferenciada: Opção do credor entre a ação executiva e a ação ordinária de cobrança”**, *in* (Estratto dal volume) "Studi di Diritto Processuale Civile" - in onore di GIUSEPPE TARZIA - Tomo I-II-III, Giuffrè editore, 2.005, p. 2527/2548;
- **“Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer”**, *in* “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Síntese, nº 15, jan.fev./2002, p. 16/37;
- **“Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer”**, *in* “Revista de Processo”, nº 105, Ed. RT, jan./mar.2002, p. 9/33;
- **“Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer”**, *in* “Revista Brasileira de Direito Comparado”, nº 20, Rio de Janeiro, 2.002, p. 89/129;
- **“Tutela de segurança”** - *in* “Doutrina - Instituto de Direito” (Coordenação de JAMES TUBENCHALK), 1ª edição, 1988, p. 49/64; *in* “Revista de Processo”, nº 88, nº 22, p. 9/30, out.dez./1997;

- **“Tutela jurisdicional dos direitos em matéria de responsabilidade civil - Execução - Penhora e questões polêmicas”**, in “RJTAMG”, vol. 78, jan./mar.2000, p. 17/44;
- **“Tutela jurisdicional dos direitos em matéria de responsabilidade civil - Execução - Penhora e questões polêmicas”**, in “Revista de Processo”, vol. 101, jan.mar./2.001, p. 28/51;
- **“Tutela jurisdicional dos direitos em matéria de responsabilidade civil - Execução - Penhora e questões polêmicas”**, in “Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil”, Editora Síntese, nº 12, Jul.-Ago/2.001, p. 14/35;
- **“Tutela jurisprudencial da propriedade industrial”**, in “Revista do Tribunal Federal de Recursos”, nº 145, p. 91-102;
- **“Tutela provisória: Tutela de urgência e tutela de evidência”**, in “O novo Código de Processo Civil” – [Programa de estudos avançados em homenagem ao Ministro Arnaldo Esteves Lima] – EMARF (TRF 2ª Região), Rio de Janeiro, 1ª edição, julho/2016, p.197/227;
- **“Um novo Código de Processo Civil para o Brasil”**, in “LEX – Revista Lex do Direito Brasileiro”, nº 45, Editora Lex, São Paulo, mai.-jun./2010, p. 9/18;
- **“Um novo Código de Processo Civil para o Brasil”**, in “Revista Magister”, nº 37 ( (Jul.-ago./2010);
- **“Um novo Código de Processo Civil para o Brasil”**, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, Ed. Magister, nº 37, jul.-ago/2010, p. 86/97;
- **“Uma dimensão que urge conhecer ao contraditório no direito brasileiro: sua aplicação como garantia de influência, de não**

- surpresa e de aproveitamento da atividade processual”, in “Revista de Processo”, nº 168, Ed. RT, fev./2009, p. 107/141;**
- **“Uma novidade no campo da intervenção de terceiros no processo civil: A denúncia da lide *per saltum* (ação direta)”, in “O terceiro no processo civil brasileiro e assuntos correlatos” (Estudos em homenagem ao Prof. Athos Gusmão Carneiro), Ed. RT, 2010, p. 304/311;**
  - **“União estável – Pacto de disciplina patrimonial firmado entre os conviventes – Validade”, in “Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”, nº 19, jul.-ago/2007, p. 79/101;**
  - **“União estável – Pacto de disciplina patrimonial firmado entre os conviventes – Validade”, in “Juris Plenum”, Ed. Plenum, nº 23, Caxias do Sul/RS, set./2008, p.91/111;**
  - **“Venda de bem litigioso. Evicção. Inexistência de responsabilidade do vendedor”, in “Revista Jurídica”, v. 207, p. 13-18, 1995;**
  - **“Visão geral da execução dos títulos executivos extrajudiciais segundo a Lei nº 11.382”, in “Revista Jurídica”, vol. 358, ago./2007, p. 21/48;**
  - **“Visão principiológica e sistemática do Código de Processo Civil de 2015”, in “Revista de Processo”, ano 43, nº 285, nov./2018, pág. 65/88;**

|   |
|---|
| <p><b><u>Comentários artigo por artigo:</u></b></p> |
|---|

- Comentários ao Novo Código Civil. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, v.3, t. 1.
- Comentários ao Novo Código Civil. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, v. 3, t. 2.
- Comentários ao Código Civil brasileiro. Do direito das obrigações (arts. 579 a 721) Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. 6.
- Comentários ao Código de Processo Civil. Da Execução em Geral (arts. 771 a 796) São Paulo: Saraiva, 2017, v. 15.

|   |
|---|
| <p><b><u>Coletânea de julgamentos colegiados com participação do autor:</u></b></p> |
|---|

- Acidente de Trabalho e Responsabilidade Civil Comum. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1987.
- Responsabilidade Civil. São Paulo: LEUD, 1986.
- Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Aide, 1989, v.II.
- Posse e Propriedade. São Paulo: LEUD, 1986.
- Locação, Mandato e Comodato. 2 ed. São Paulo: LEUD, 1987.
- Títulos de Crédito e outros Títulos Executivos. São Paulo: Saraiva, 1986.
- Contratos. Rio de Janeiro: Aide, 1988, 3 vols.
- Direito de Família. São Paulo: LEUD, 1988, 2 vols.
- Sucessões. Rio de Janeiro: Aide, 1990.
- Recursos. 4 ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Aide, 1992.
- Posse e Usucapião. Rio de Janeiro: Aide, 1991.
- Propriedade e Direitos Reais Limitados. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

### **Tese de doutoramento:**

- A Execução de Sentença e a Garantia do Devido Processo Legal. Rio de Janeiro: Aide, 1987.
- **Tese de Professor Titular da cadeira de Professor Titular de Direito Processual Civil da UFMG**
- Fraude Contra Credores – A natureza da sentença pauliana. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

### **Aulas no TJ/ES publicadas**

- A Posse. Vitória, TJES/AMAGES, 1986.

### **Compilação de estudos e conferências**

- Sentença. 1 ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Aide, 1992.
- Execução. Rio de Janeiro: Aide, 1991, v. 3.
- Recursos no Superior Tribunal de Justiça. São Paulo: Saraiva, 1991.

### **Capítulo em obra coletiva:**

- O Contrato e a Interferência Estatal no Domínio Econômico. Capítulo do livro Atualidades Jurídicas. Belo Horizonte: Del Rey, 1993. v. 3.
- Os princípios do direito processual civil e o processo do trabalho. Capítulo do livro “Compêndio de Direito Processual do Trabalho. 2 ed. São Paulo: LTr, 2001.
- Alguns Impactos da Nova Ordem Constitucional sobre o Direito Civil. In relatório da UFMG, capítulo do livro O Direito de Família e

do Menor, 3 ed. coordenação Sálvio de Figueiredo. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

- Coisa Julgada Inconstitucional. 5 ed. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005. (Coord. Carlos Valder do Nascimento).
- Tutela diferenciada: Opção do credor entre a ação executiva e a ação ordinária de cobrança .In Studi di Diritto Processuale Civile, in onore di GIUSEPPE TARZIA, Giuffrè Editore, 2005.
- Embargos de declaração – Remédio hábil para introduzir no julgamento o ius superveniens (art. 462 do CPC). In Estudos em homenagem à Prof<sup>a</sup> ADA PELLEGRINI GRINOVER. São Paulo: DPJ, 2005.
- Boa-fé e processo – Princípios éticos na repressão à litigância de má-fé – Papel do juiz. In Estudos de Direito Processual Civil (Homenagem ao Prof. Egas Dirceu Moniz de Aragão), coord. Luiz Guilherme Marinoni, São Paulo: RT, 2006.
- Processo Civil: Aspectos Relevantes: Estudos em Homenagem ao Prof. Humberto Theodoro Júnior (Coord.: Bento Herculano Duarte e Ronnie Preuss Duarte). São Paulo: Método, 2007, v. 2.
- Execução Civil: Estudos em Homenagem ao Prof. Humberto Theodoro Júnior (Coord.: Ernane Fidélis dos Santos et al). São Paulo, RT, 2007.
- Processo Civil: Novas Tendências: Estudos em Homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior (Coord.: Fernando Gonzaga Jayme, Juliana Cordeiro de Faria e Maira Terra Lauar). Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- Tutelas diferenciadas como meio de incrementar a efetividade da prestação jurisdicional. (et al). Rio de Janeiro: GZ, 2010.
- Processo e Constituição (et al). Rio de Janeiro: GZ, 2010.

- Coisa julgada inconstitucional: a questão da segurança jurídica (et al). Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- Processo societário. (Coord.: Flávio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira). São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- Constituição, Política e Cidadania: *em homenagem a Michel Temer*. João Pessoa: Jurídica, 2013.
- Processo civil: homenagem ao José Ignácio Botelho de Mesquita. São Paulo: Quartier Latin, 2013.
- A prova do direito processual civil: *estudo em homenagem ao Prof. João Batista Lopes*. São Paulo: Verbatim, 2013.
- O processo em perspectiva – Jornadas Brasileiras de Direito Processual. (*Homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: RT, 2013.
- 40 anos da Teoria Geral do Processo do Brasil – passado, presente e futuro. (Org.: Camilo Zufelato e Flávio Luiz Yarshell] - São Paulo: Malheiros, 2013.
- Pontes de Miranda e o Direito Processual [4ª Série – Coletânea ANNEP. Salvador: JusPODIVM, 2013.
- Novas tendências do processo civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil, Salvador: JusPODIVM, vol. II, 2014.
- O direito de estar em juízo e a coisa julgada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- Estudo de Direito Privado e Processual Civil: em homenagem a Clóvis do Couto e Silva (Coord. Judith Martins-Costa e Véra Jacob de Fradera). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- Repercussão geral da questão constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

- Processo, Direito e Modernidade: estudo elaborado em homenagem ao Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior. São Paulo: Paco Editorial, 2014.
- Anais do II Encontro Luso-Brasileiro de Direito. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- 10 Anos de Vigência da Lei de Recuperação e falência (Lei nº 11.101/2005) - [Retrospectiva geral contemplando a Lei nº 13.043/2014 e a Lei Complementar nº 147/2014] - São Paulo: Saraiva, 2015.
- Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil [Coord.: Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier Júnior, Eduardo Talamini e Bruno Dantas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- Novo Código de Processo Civil – principais alterações do sistema processual civil – 2 ed. [Coordenação: Luís Antônio Giampaulo Sarro]. São Paulo: RIDEEL, 2016.
- Processo em jornadas – XI Jornadas Brasileira de Direito Processual – XXV Jornadas Ibero-Americanas de Direito Processual (conforme novo CPC). Salvador: JusPODIVM, 2016.
- Novo Código de Processo Civil – Impactos na legislação extravagante e interdisciplinar 2. São Paulo: Saraiva, 2016.
- Processo civil brasileiro: novos rumos a partir do CPC/2015-atualizado de acordo com a Lei 13.256/2016. (et al). Belo Horizonte: Del Rey, 2016.
- Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais. 2 ed. revista e atualizada, Coleção Novo CPC (Doutrina selecionada), vol. 6, cap. 18. Salvador: JusPODIVM, 2016.
- O Processo Civil Moderno [em homenagem ao Prof. Raimundo Cândido Júnior]. Brasília: OAB Editora, 2017.

- Relações e influências recíprocas entre Direito Material e Direito Processual [Estudos em homenagem ao Prof. Torquato Castro]. Salvador: JusPODIVM, 2017.
- Trabalho Decente (COLEPRECOR – Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs). São Paulo: LTr, 2017.
- Segurança Jurídica e Protagonismo Judicial – Desafios em tempos de incertezas – (Estudos jurídicos em homenagem ao Min. Carlos Mário da Silva Velloso). Rio de Janeiro: GZ, 2017.
- O novo direito processual civil Brasileiro - [Estudos em homenagem ao Prof. José de Albuquerque Rocha]. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- Estudos de Direito Privado [*Liber Amicorum* para João Baptista Villela]. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.
- Processo civil aplicado aos tribunais de contas (Novas tendências a partir do CPC de 2015). Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- Processo civil democrático – A função jurisdicional e as políticas públicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- 30 Anos da CF e o Direito Brasileiro. Rio de Janeiro Forense, 2018.
- Coisa julgada e outras estabilidades processuais - [Coleção Grandes Temas do Novo CPC – Coord. Fredie Didier Júnior e Antônio do Passo Cabral]. Salvador: JusPODIVM, 2018.
- Comentários aos arts. 131 e 132, in **Constituição Federal Comentada**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- Estudos de direito processual em homenagem a Paulo Cezar Pinheiro Carneiro. Rio de Janeiro: GZ, 2019.
- Estudos em homenagem à Professora Thereza Alvim - Controvérsias do Direito Processual Civil: 5 anos do CPC/2015. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

- Código de Processo Civil Anotado e Comentado. Luís Antônio Giampaulo Sarro (et al). São Paulo: Ridell, 2020.

### **Monografias - Estudos Publicados**

- As Inovações no Código de Processo Civil. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- O Contrato Imobiliário e a Legislação Tutelar do Consumo. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- O Processo Civil Brasileiro no Limiar do Novo Século. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- Tutela Jurisdicional de Urgência – Medidas Cautelares e Antecipatórias. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2001.
- O cumprimento da sentença e a garantia do devido processo legal. 3 ed. Belo Horizonte. Mandamentos, 2007.
- As novas reformas do Código de Processo Civil. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- A reforma da execução do título extrajudicial. Rio de Janeiro: Forense, 2007.